

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

TÉSSIO ROBERTO RISSI BONAFIN

**OS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO NA OBRA DE CELSO FURTADO EM
DOIS MOMENTOS: A FASE PRÉ 64 E O MILAGRE ECONÔMICO**

São Carlos

Set/2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

TÉSSIO ROBERTO RISSI BONAFIN

**OS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO NA OBRA DE CELSO FURTADO EM
DOIS MOMENTOS: A FASE PRÉ 64 E O MILAGRE ECONÔMICO**

Dissertação apresentada para obtenção do título
de Mestre no Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da UFscar
Orientadora: Dra. Vera Cepêda

São Carlos

Set/2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B697od

Bonafin, Tércio Roberto Rissi.

Os obstáculos ao desenvolvimento na obra de Celso Furtado em dois momentos : a fase pré 64 e o milagre econômico / Tércio Roberto Rissi Bonafin. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
98 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Ciência política. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Brasil - subdesenvolvimento. 4. Furtado, Celso Monteiro, 1920-2004. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Téssio Roberto Rissi Bonafin

19/09/2012

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Amaury Gremaud
Universidade de São Paulo/USP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14h00 no dia 19/09/2012.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda .
Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga.
Prof. Dr. Amaury Gremaud.

Homologado na CPG-PPGPOL na
24ª. Reunião no dia 23/11/2012

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade.
Coordenador do PPGPOL

*Dedico este trabalho aos que colocam o
esforço de pensar à disposição da melhoria da
vida de todos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família. Pai, mãe, irmãos, esposa e amigos, que em nenhum momento deixaram de acreditar que eu pudesse realizar este sonho.

À minha esposa Monica, que sempre esteve ao meu lado e ofereceu apoio incondicional em todos os sentidos.

Aos colegas de mestrado, quando pude compartilhar conhecimentos variados e aprender durante nosso breve relacionamento.

Agradeço também a Dra. Vera Cepêda, pela orientação sempre competente, suscitando dúvidas e perguntas importantes a serem respondidas.

“Todos sabem que, se as coisas são tão transparentes em nossos dias, é porque está a nosso alcance poder mudá-las; que, se sabemos onde estão os vícios do sistema, somos coniventes se não tratamos de erradicá-los”.

Celso Furtado

RESUMO

O propósito da dissertação é fazer uma análise sobre o tema do desenvolvimento brasileiro no século XX sob a ótica da obra do pensador Celso Furtado. O trabalho se utiliza de dois momentos da história brasileira, e o pano de fundo temporal mundial da Guerra Fria, condições que propiciaram a Furtado a criação de teorias para explicar os limites do desenvolvimento de nações inseridas na periferia, de acordo com a Teoria Centro – Periferia também abordada na dissertação. Divididos os períodos de análise em dois momentos históricos brasileiros, o primeiro antes do Golpe Militar de 1964, e o segundo nos anos posteriores, buscamos averiguar quais foram os posicionamentos de Furtado em sua obra, a partir de livros selecionados. Responder à questão do porquê o Brasil, e outras nações fora do Centro, não obtiveram, ou não obtém um desenvolvimento similar aos países considerados ricos na visão de Celso Furtado, é um dos objetivos do estudo, acompanhado pela futura comparação de seus argumentos e teorias nos dois períodos da história abordados.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Teoria Centro Periferia. Celso Furtado.

ABSTRACT

The purpose of the dissertation is to analyse the Brazilian development in the Twentieth Century beyond Celso Furtado work. The paper utilizes of two historical Brazilian moments, and the Cold War as a background, conditions that gave to Furtado the chance to create theories to explain the limits of development in peripheral nations, according the Center – Periphery Theory, also in the dissertation. Divided two moments of analyses in the Brazilian history, the first one before the Military Coup in 1964, and the second in later years , we seek to know what Furtado positions in his work, in selected books. To answer the question, why Brazil, and other nations outside the Center, didn't get, or don't get a similar development as the countries considered rich, in Celso Furtado vision, is one of the goals of the research, among the future comparison of his arguments and theories in both historical periods.

Keywords: Development. Underdevelopment. Center – Periphery Theory. Celso Furtado.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO I – Celso Furtado e a teoria do desenvolvimento | 12 |
| 1.1. A teoria do desenvolvimento e Celso Furtado | 15 |
| 1.2. A teoria centro periferia | 20 |
| 1.3. As contribuições de Furtado para a teoria do subdesenvolvimento | 23 |
| 1.4. Furtado, superintendente e ministro | 28 |
| 1.5. As fases da obra de Celso Furtado | 34 |
| 1.6. Regime “aberto” e “fechado”: a visão de Furtado quanto ao golpe militar de 1964 | 41 |
| CAPÍTULO II – Os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro na primeira fase da obra de Celso Furtado | 45 |
| 2.1. Perspectivas da economia brasileira (1958) | 47 |
| 2.2. Formação econômica do Brasil (1959) | 54 |
| CAPÍTULO III – A segunda fase da obra de Furtado: O desenvolvimento na Periferia | 60 |
| 3.1. A segunda fase furtadiana ou o período pós golpe de 1964 | 62 |
| 3.2. O mito do desenvolvimento econômico (1974) | 64 |
| 3.4. O Brasil pós ‘milagre’ (1981) | 73 |
| CONCLUSÃO | 87 |
| Bibliografia | 95 |

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX o mundo passou por importantes mudanças políticas, sociais e econômicas. No campo político devemos destacar a onipresença da “Guerra Fria” para o destino das nações do globo. Ações e consequências enfrentadas pelos países em grande parte iniciavam devido à pressões ou condições impostas por esta configuração que marcou a história do século por pelo menos cinquenta anos, se colocarmos como ponto inicial o fim da segunda guerra mundial em 1945 e o final o desmembramento da União Soviética em 1991. No campo social é necessário apontar o acontecimento de duas guerras que envolveriam todo o globo, e delas resultariam novas potências e teorias que permeariam as cúpulas de poder ao redor do mundo. Esta realidade que entrelaça guerra fria e duas grandes guerras tem também seus resultados no campo econômico internacional e claro, brasileiro. Não diferente do que ocorria ao redor do planeta, o Brasil também atravessou o século XX repleto de mudanças, estas sempre submetidas à nova realidade global que se apresentava. Para os países que não gozavam do status de potência economia, social e política, como era o caso brasileiro, o desafio além de integrar-se ou continuar a participar do sistema econômico internacional era desenvolver-se economicamente. Este salto de qualidade obtido pelas principais nações do globo, também conhecidas como centrais, já havia ocorrido, e a tarefa que os governantes nacionais almejavam, independente de suas convicções políticas, era de colocar o Brasil em papel de destaque no cenário internacional.

A partir deste preceito de necessidade de desenvolvimento teorias foram consultadas, revistas, debatidas e idealizadas, com a intenção de alcançar o objetivo principal, levar as nações consideradas periféricas, entre elas o Brasil, ao desenvolvimento beneficiador de sociedades inferiores economicamente e tecnologicamente falando. Dentre os pensadores que se destacaram nessa tarefa, de tentar promover no Brasil este fenômeno de desenvolvimento, tanto no campo prático quanto acadêmico, está o economista Celso Furtado. Em sua vasta obra procurou estudar o seu país, desde a formação econômica até escrever memórias sobre erros e acertos nos diversos campos. Porém, sua principal contribuição é a de estudar o desenvolvimento do Brasil em suas várias faces e possibilidades, realizando inventários, leituras de situações conjunturais e também participando ativamente da vida pública. Os objetivos dessa dissertação, ao utilizar a obra de Celso Furtado é responder a uma questão central: o que Furtado, ao longo de sua obra, apontou como obstáculos ao desenvolvimento brasileiro. A partir deste questionamento há o desmembramento de outros objetivos do

trabalho, que misturam-se ao método utilizado para entender os posicionamentos do autor, compatíveis com a realidade pela qual passava o planeta descrito nos primeiros parágrafos da introdução.

A busca por esta resposta será dividida em duas fases importantes da história brasileira, sempre ligadas à conjuntura internacional, que são os períodos anteriores e posteriores ao golpe de estado de 1964 que levou ao poder os militares por vinte e um anos. A colocação deste fato como ponto de inflexão do trabalho possui ao menos dois motivos. O primeiro é averiguar, sempre através da obra de Furtado, a importância do tipo de regime existente em um país para o alcance do desenvolvimento. A variação ocorrida entre regime aberto e fechado, e suas implicações para o campo social e econômico são consultados pelo trabalho para verificar em que medida a falta de democracia, ou a presença da mesma, interfere em um processo desenvolvimentista. Em outras palavras, busca-se a ligação entre democracia, economia e desenvolvimento. Outra razão para a utilização do golpe de estado, é que o mesmo serve como uma espécie de “divisor de águas” da obra de Furtado, o que vem de encontro com outro dos objetivos da dissertação. Ao longo do trabalho utilizaremos como artefato metodológico a divisão em fases da obra do pensador, fases estas que demonstram que sua produção intelectual possui momentos distintos, e o trabalho coloca tais fases lado a lado ao acontecimento histórico brasileiro do golpe militar. Desta concepção de fases da obra de Furtado, que coincide como fato ocorrido no Brasil, surge a outra intenção da dissertação que é utilizar esta concepção de fases para comparar o que Furtado escreveu em fases diferentes sobre o desenvolvimento do Brasil, mas especificamente o que o mesmo apontou como obstáculos ao desenvolvimento pré e pós golpe.

Buscamos alterações no discurso de Furtado quanto ao desenvolvimento devido, primeiramente, aos fatos ocorridos com o Brasil e mundo. As mudanças por quais passaram o país e também diversas nações do globo são demonstradas pelas distintas realidades vividas ao longo do século XX e também são encontradas nos livros do pensador brasileiro. Durante os anos pré golpe de 64, em sua primeira fase, Furtado preocupou-se em desvendar a estruturação econômica do Brasil, o combate à teorias liberais através do uso e aprimoramento da teoria centro periferia, sugerindo como ponto de partida para o sucesso do desenvolvimento no Brasil a industrialização e a alteração do modelo econômico primário exportador. Para o alcance dos objetivos do trabalho selecionamos entre os inúmeros livros de Furtado dois

títulos, “Perspectivas das economia brasileira” (publicado em 1958) e “Formação econômica do Brasil” (publicado em 1959). A razão pela escolha destas obras cai na importância que possuem na construção da teoria do subdesenvolvimento pelo autor, característica marcante de sua primeira fase, além da presença de seu clássico (Formação econômica do Brasil), quando relata a estrutura colonial primário exportadora, cerne de seus apontamentos como obstáculos ao desenvolvimento a esta altura da história. Serve também como ponto de partida para a análise do pensamento de Furtado quanto ao desenvolvimento o livro “Teoria e política do desenvolvimento econômico” (publicado em 1967). O caráter central da obra é analisar as diversas teorias do desenvolvimento existentes, colocando em panorama juntamente com a teoria centro periferia, que viria a servir de base para suas análises e contrapontos á realidade internacional econômica, que empregava influência direta nas decisões e ações governamentais.

Em sua segunda fase Furtado preocupa-se em realizar outro tipo de análise. Vivenciando tempos anti democráticos passa a averiguar o que foi feito no Brasil durante os anos de governo militar, que promoveram crescimento econômico acelerado, acima da média mundial (o chamado “milagre econômico). Neste momento suas preocupações anteriores industrializantes estão em cheque, pois o país atravessou esta fase, e apesar disso não alcançou o desejado desenvolvimento. Cabe então a Furtado, desnudar os motivos e tecer críticas ao modelo desenvolvimentista colocado em prática ao longo das décadas de sessenta e setenta. As obras escolhidas para elucidarmos estas questões da segunda fase são “O mito do desenvolvimento econômico” (publicado em 1974) e “O Brasil pós-milagre” (publicado em 1981). A escolha por estes títulos recaem devido ao posicionamento apresentado por Furtado, sendo que no primeiro o pensador analisa a conjuntura internacional do momento (década de 1970) e no segundo analisa exclusivamente o Brasil e seus anos posteriores ao crescimento econômico obtido em fins dos anos sessenta e começo dos setenta.

Após respondermos à estas questões apresentadas, em ambos os períodos, finalizaremos com o último objetivo da dissertação, que é comparar as conclusões de Furtado quanto aos obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, e verificar se houve, quais foram e porque o pensador brasileiro realizou tal alteração. Ao longo de três capítulos buscamos entender a obra de Furtado como um produto do século XX, relacionado com a realidade

vivenciada, porém sentindo em Celso Furtado um gênio capaz de realizar inventários atuais e futuros como poucos.

CAPÍTULO I – CELSO FURTADO E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

Desde o ano de 1.500, com o evento conhecido como “Descobrimento”, em que os europeus, mais precisamente os portugueses, chegaram na costa do atual Estado da Bahia, o Brasil encontra-se integrado à economia mundial. Integração que une os diferentes e inúmeros países do mundo, em torno de desafios de crescimento e desenvolvimento econômico para o alcance do bem – estar de suas populações, independente de onde esteja localizado, e por qual meio deva ser alcançado. Embora integrante dessa realidade, o Brasil atravessou centenários desempenhando um papel secundário, ou como diria Celso Furtado, periférico, neste esquema de integração internacional da economia. O lugar do Brasil e de outros tantos países nesta realidade atual não interessa para a dissertação, mas a reflexão é o início da apresentação do que vem a ser os objetivos desse estudo, e para tanto, tecer comentários sobre os diferentes participantes da economia mundial, sejam eles centrais ou periféricos, é de suma importância, porém menor do que citar o nome de Celso Furtado logo no primeiro parágrafo. Seu nome não veio à tona por mera casualidade, mas sim por se tratar, diferente do papel do Brasil na economia internacional em meados do Século XX, do protagonista da dissertação através do estudo de sua obra, em busca de respostas quanto ao processo de desenvolvimento brasileiro neste mesmo século, bem como sua reflexão da construção do país no cenário internacional e suas implicações para a política interna e vida em sociedade.

Os objetivos da dissertação serão buscados através do estudo e análise da obra de Celso Furtado, destacado pensador, fazendo de seus escritos o cerne da pesquisa. A primeira intenção é encontrar o que Furtado apontou, ao longo de sua obra, como obstáculos para o desenvolvimento brasileiro. Durante os capítulos revelaremos seus conceitos e teorias sobre subdesenvolvimento e desenvolvimento, suas escolhas e apoios teóricos, como por exemplo, seu tempo na CEPAL, a teoria centro-periferia e suas contribuições, as fases de sua obra apontadas por especialistas e os livros utilizados como base da pesquisa. A busca por estes possíveis obstáculos ao desenvolvimento brasileiro apontado por Furtado será organizado tendo como ponto nevrálgico e de suposta mudança de rumos o golpe militar de 1964. Este momento particular foi evocado como divisor de águas devido sua importância na história do país, momento em que o Brasil saiu de uma curta experiência democrática, após anos de ditadura varguista, para retornar à uma realidade antidemocrática. Além do momento representar esta profunda diferença política para o país, há também, apontado pelos especialistas na obra de Celso Furtado, alterações em sua obra quanto aos dizeres sobre as

possibilidades brasileiras de alcançar o almejado desenvolvimento através da industrialização. Se antes as preocupações de Furtado centravam-se nos aspectos maléficos da persistência do modelo primário-exportador na economia nacional, em um segundo momento soma-se a isto as previsões e análises sobre o recrudescimento do modelo político e a provável emergência de uma versão nacional-desenvolvimentista não baseada na luta democrática da sociedade. Sendo assim, os obstáculos ao desenvolvimento investigados pelo estudo são divididos através de um ponto de inflexão, sendo este o golpe militar de 1964 e os aspectos que se alteraram na análise do pensador Celso Furtado.

O primeiro capítulo será dedicado a explicar a trajetória de Furtado e suas construções e contribuições às teorias econômicas. Faz parte dessa elucidação demonstrar qual a importância do pensador para o Brasil, suas interpretações e preocupações acerca do tema do subdesenvolvimento, em um primeiro momento, e posteriormente centrando esforços num possível errático movimento de crescimento econômico sem atender as demandas e expectativas de desenvolvimento idealizado pelo autor ao longo de sua carreira. Outra tarefa do primeiro capítulo é colocar a importância do golpe de 1964 como momento de inflexão do estudo, colocando o que, e porque, Furtado entendia a democracia, um “regime aberto”, com condição *sine qua non* para o sucesso de uma empreitada desenvolvimentista. Sendo assim, definições e importância do estágio político existente no Brasil é vital para o sucesso e entendimento do trabalho, visto que o mesmo organiza-se em duas etapas posteriores ao primeiro capítulo. A estrutura do projeto apresenta o segundo capítulo como o momento de colocação dos obstáculos ao desenvolvimento apresentados por Furtado antes do levante militar de 1964, e o terceiro capítulo descreve suas relocalizações teóricas após a “revolução”, antes de adentrarmos às conclusões que realizará o emparelhamento dessas possíveis alterações de visão do autor, e as implicações para a interpretação do pensador quanto aos resultados e possibilidades futuras para o Brasil.

Ao posicionarmos o trabalho em duas etapas, uma explorando os trabalhos do autor antes, e outra após o evento ocorrido na primeira metade da década de 1960 que ingressou o país em um momento político ditatorial, realizamos também o estudo a partir da divisão do trabalho de Celso Furtado. A escolha de quais obras foram consultadas e os motivos pelos quais as mesmas foram escolhidas serão outro tema de exposição deste primeiro capítulo,

acompanhado não apenas das realizações teóricas do autor, mas traçado de forma a entendermos um pouco melhor a vida do pensador estudado, também será realizado um breve histórico de sua trajetória pessoal e profissional, com o intuito de contextualizarmos este importante momento da história brasileira, e entendermos os motivos dos posicionamentos e preocupações “furtadianas”.

Sendo assim, a estrutura do capítulo será feita a partir das explicações da teoria do desenvolvimento, as colocações e contribuições de Furtado para a mesma, sua inestimável contribuição para a teoria do subdesenvolvimento, o aproveitamento do mesmo da teoria centro-periferia, uma delimitação de sua vida pessoal, as obras escolhidas para traçarmos este trabalho, bem como uma avaliação das fases da obra do pensador e as obras escolhidas, e as colocações quanto aos modelos políticos vigentes nos dois momentos da história brasileiro escolhidos como ponto zero da pesquisa, o que chamaremos de “regime aberto” (pré-64) e “regime fechado” (pós-64).

1.1. A Teoria do Desenvolvimento e Celso Furtado

Ao contrário do que vinculavam as teorias liberais, o subdesenvolvimento é uma condição, passível de mudança, estagnação ou aprofundamento, não uma etapa por qual passará um país que um dia se tornará desenvolvido de forma nata. Teorias surgiram apontando barreiras, ou limites estruturais, indicando que não é meramente temporária, e que a superação desta condição, não etapa, não fica a cargo do livre mercado. A corrente teórica da economia dominante da época, clássica liberal, colocava o sistema econômico internacional de forma universal, onde os países eram condicionadas pelo estado atual de suas riquezas e possibilidades econômicas, ou seja, a pobreza, o subdesenvolvimento, eram etapas anteriores ao desenvolvimento por quais passariam as nações que participavam do sistema, e que um dia as barreiras existentes – se existiam – viriam a ser superadas. Essa forma de pensamento destaca as “vantagens comparativas” do sistema econômico internacional, onde nações prioritariamente agrárias faziam uso de suas riquezas naturais e de solo para a exportação de bens primários, enquanto os países em desenvolvimento, ou melhor, as nações que figuravam entre os modelos econômicos industriais, que haviam atravessado o momento de uma revolução industrial, compravam essas mercadorias para sustentar sua população que se

urbanizava de forma cada vez mais rápida. Sendo assim, as nações industrializadas dependiam da oferta de alimentos das nações primário-exportadoras, dando a falsa impressão de que o mercado para estas nações exportadoras sempre trariam equilíbrio na economia, impulsionando a riqueza destes países então fadados à produção de bens primários. A mudança desta mentalidade seria necessária para mudar a realidade, e outro tipo de visão trouxe a resposta de que os países tidos como subdesenvolvidos possuíam uma estrutura própria, e que esta condição econômica não seria transplantada ou ultrapassada através do livre mercado, de troca de mercadorias, das “vantagens comparativas”. Sendo assim, teorias deveriam surgir para a explicação deste fenômeno aferido em boa parte do mundo, inclusive na América latina, incluindo o Brasil de Celso Furtado.

Em “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, Furtado explora e explica as concepções teóricas que desembocaram na adoção de alternativas ao pensamento clássico. A primeira parte de sua obra é, portanto, dedicada a demonstrar o raciocínio econômico clássico sobre o desenvolvimento, terminando em teorias diversas como a de Rostow e as “Neoclássicas”. Durante o desenrolar da obra, Furtado preocupa-se em destacar o caráter teórico do que deve ser definido como Desenvolvimento, visto de distintos pontos:

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendradas pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente. (FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 8ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983: 90)

A dissertação ocupa-se desta obra especificamente por este caráter central, ou seja, preocupado em teorizar sobre o desenvolvimento, para então examinar o que impede seu desenrolar no Brasil, segundo próprio autor. A intenção é perpassar por todo o interregno

teórico que estrutura Furtado em sua busca pelas respostas, e a temporalidade da obra também se faz importante, visto que foi publicado em meados da década de 1960 (a primeira edição é de 1967), três anos apenas após o fechamento do regime no Brasil. Como um dos objetivos do trabalho é desvendar e posteriormente confrontar o que Furtado teorizou como obstáculos ao desenvolvimento em duas fases diferentes, uma antes, e outra após o Golpe de 1964, “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico” atua como um entremeio entre as outras obras escolhidas para averiguarmos suas respostas.

A Teoria do Desenvolvimento vem para explicar as causas e mecanismos do aumento da produtividade, do trabalho e suas repercussões na organização da produção e na distribuição do mesmo (FURTADO, 1983: 3)¹. Ao iniciar sua exposição a partir da concepção dos clássicos, Furtado (1983) destaca o que chama de as grandes leis da economia clássica², a livre concorrência e o livre câmbio, que seriam a base de defesa do liberalismo econômico. Porém, Furtado as impele de conter observações históricas limitadas e generalizantes demais, inúteis a realidades fora do Centro. Desde as primeiras análises de Furtado sobre as teorias do desenvolvimento, o autor destaca o papel do progresso técnico como um dos pilares do desenvolvimento³, juntamente com o aumento da produtividade, que gera maior receita, deflagrando em inversões, que devem ser ancoradas no mercado interno propício ao aumento da renda *per capita* dos cidadãos.

Também faz parte da construção da teoria econômica do desenvolvimento as formulações chamadas de “neoclássicas”, veiculada por Furtado como uma ideologia defensiva para combater o socialismo (Furtado, 1983: 43). Dentre as idéias neoclássicas destacam-se a “teoria do empresário”⁴, de Schumpeter, que designa a figura do empresário uma parcela valorosa no sistema econômico, por entendê-lo com um agente transformador do

¹FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 8ª Ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1983.

² “Entre as chamadas ‘grandes leis’ da economia clássica estavam, por exemplo, a da ‘livre concorrência’ e a do ‘livre câmbio’. Ambas constituíam, em última instância, construções lógicas inferidas de observações históricas limitadas, às quais se pretende atribuir um fundamento ‘na natureza humana’, fazendo-as generalizáveis *ad infinitum*.” (Idem, Ibidem: 6)

³ “Todavia, os economistas clássicos de maneira geral viram no progresso técnico mais um meio de substituir mão-de-obra por capital que outra coisa.” (Idem, Ibidem: 10)

⁴ “A ação criadora do empresário seria o motor do progresso econômico. Tal ação criadora se manifesta através da introdução de ‘inovações’ no processo produtivo. Por outro lado, a ação do empresário está facilitada pela existência do sistema de crédito, o qual permite retirar do circuito econômico os recursos necessários para financiar os novos empreendimentos.” (Idem, Ibidem: 46-47)

mesmo, na medida em que suas criações e empreendimentos são os veículos que carregam o progresso técnico, tendo como reflexo o aumento no processo produtivo. Vale lembrar que, inovação tecnológica seria um dos pilares do desenvolvimento. Sempre há a preocupação em desmistificar a igualdade entre crescimento e desenvolvimento, e neste caso, há uma constatação schumpeteriana que distingue o crescimento como algo gradual, e o desenvolvimento feito por saltos (FURTADO, 1983: 48). Mesmo com esta designação, Furtado tece críticas à teoria schumpeteriana, por considerar vaga suas idéias sobre desenvolvimento e crescimento, além de considerar a teoria como falha no aspecto que diz respeito à colocação do empresário em seu contexto histórico:

Do ponto de vista da análise do desenvolvimento, a insuficiência maior da concepção de Schumpeter talvez derive de não haver ele situado o empresário no seu contexto histórico. Por que não explicitar o contexto de uma sociedade competitiva com longa tradição de apropriação privada dos instrumentos de produção? Nessa sociedade, o empresário, qualquer que seja seu ponto de partida, tende a beneficiar-se de uma elevada renda que dá origem a novos instrumentos de produção. A idéia do empresário sem capital pode ajudar a esclarecer certos conceitos, mas se distancia muito da realidade. (FURTADO, 1983, p. 49)

Veremos à frente que a construção da Teoria do Subdesenvolvimento veio para tecer outros parâmetros, contrários às teorias clássicas e neoclássicas, visto que uma das principais, senão a principal, discordância era com relação ao impulso ao desenvolvimento, algo que seria sem obstáculos para os liberais, oposto à teoria dos cepalinos, que imputavam obstáculos ao desenvolvimento, condição existente devido sua estrutura diferente das encontradas pelos países centrais. Este campo de discussão da teoria do desenvolvimento há a crucial análise de Keynes, que divulga a necessidade de intervenção durante as crises cíclicas, inaugurando as chamadas Políticas Anti cíclicas:

A ação de organismos centrais, de tipo não estritamente monetarista, sobre os processos econômicos, somente começou a ser preconizada com o reconhecimento da necessidade de uma política de sustentação

da procura efetiva. E foi como subproduto das teorias cíclicas que retomaram curso entre os economistas, ideias relacionadas com a problemática do desenvolvimento. Como a atividade econômica, no capitalismo industrial do *laissez faire*, tende a comportar-se de forma cíclica, compreende-se que o problema da estabilidade fosse considerado o de mais premente solução. (Furtado, 1983: 52)

O trajeto teórico apresentado no trabalho, que parte dos clássicos e atravessa uma breve explicação dos neoclássicos, chega às concepções faseológicas do desenvolvimento, representadas por Rostow e as cinco etapas de crescimento reconhecidas por ele⁵. Estas fases buscavam responder quais condições um país deve reunir para que sua economia se desenvolva, colocando Rostow no campo dos hereditários do historicismo, apoiados na idéia de progresso (FURTADO, 1983: 140). As cinco fases são: Sociedade Tradicional, em que o principal motor econômico provém de um modelo agrário⁶; Fase de Transição⁷, quando há uma pressão exógena para a mudanças do impulso agrário para o industrial, apoiados em um Estado centralizador, facilitador das mudanças; A Etapa Crucial⁸, assim chamada por ser o momento de elevação das taxas de investimentos, a criação da indústria e modernização, no que se refere ao aparelho político e social. Após as três etapas iniciais brevemente descritas, há a continuação do “arranco”, ou seja, a continuidade no processo de alavancagem do desenvolvimento⁹, iniciado de maneira mais forte devido á industrialização na etapa anterior. Após o período de “arranco”, que seria a consolidação do modelo industrial, com a

⁵ Para aprofundamento consultar: ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

⁶ “Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico.(...) Falando de um modo geral, essas sociedades, devido à limitação de sua produtividade, tinham de dedicar uma proporção extremamente elevada de seus recursos à agricultura.” (ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974: p. 16-17)

⁷ “A segunda etapa do desenvolvimento abarca sociedades em prelo processo de transição; isto é, o período em que as condições para o arranco se estabelecem, posto que leva tempo para transformar uma sociedade tradicional de molde a poder ela explorar os frutos da ciência moderna, para afastar os rendimentos decrescentes e, assim, desfrutar as bênçãos e opções abertas pela acumulação dos juros compostos.” (Idem, Ibidem: 18)

⁸ “Atingimos agora um grande manacial da vida das sociedades modernas: a terceira etapa desta sequência, o arranco. É ele o intervalo em que as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas.” (Idem, Ibidem: 20)

⁹ “Após o arranco, segue-se um longo intervalo de progresso continuado, embora flutuante, à medida que a economia agora em firma ascensão procura estender a tecnologia moderna a toda a frente de sua atividade econômica.” (Idem, Ibidem: 22)

“decolagem” em direção ao desenvolvimento, viria o Consumo em massa¹⁰, que sustentaria todo este processo iniciado ainda na passagem da sociedade tradicional agrária para o período de nascimento da indústria, responsável, portanto, pelo desenvolvimento.

1.2.A Teoria Centro Periferia

A quebra do paradigma liberal de Nurkse e Myrdal¹¹, encontra na CEPAL¹² o responsável por estudos e inventários das condições econômicas dos países latino americanos, com o objetivo de buscar soluções para o desnível que apresentavam frente às nações mais ricas do globo. Em pleno curso do pós-guerra, a CEPAL foi o celeiro de teorias desenvolvimentistas que buscavam dar aos Estados nacionais papel central na formulação e execução de políticas econômicas capazes de superarem o subdesenvolvimento, a começar pela “Teoria Centro-Periferia”¹³, delineada por Prebisch. As bases sob as quais se assentou esta nova teoria começavam pela negativa das vantagens comparativas, e acenava com o crescimento desigual que se apresentava entre as nações de modelo econômico agrário exportador frente às industrializadas, estas apresentando um crescimento maior com relação às primeiras, averiguando, portanto, desigualdade cada vez mais latente. Segundo a teoria, isto

¹⁰ “Chegamos agora à era do consumo em massa, em que, no devido tempo, os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços.” (Idem, Ibidem: 23)

¹¹ “Para falar mais precisamente, demonstro que o estudo da teoria do comércio internacional, por mais profundo que seja, não serve para explicar, em termos causais, como as desigualdades econômicas internacionais se produziram e porque tendem a aumentar. A teoria do comércio internacional e, na verdade, a teoria econômica, em geral, jamais foram elaboradas para servir ao propósito de explicar a realidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico.” (MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965: 26-27)

¹² Com sede em Santiago do Chile, que iniciou suas operações no ano de 1949, sob o comando de Raul Prebisch, ex-presidente do Banco Central argentino, que contava com economistas jovens, entre eles Celso Furtado.

¹³ “O ponto de partida era um grito de guerra: ‘A realidade está destruindo na América Latina aquele velho sistema de divisão internacional do trabalho /... / que seguia prevalecendo doutrinariamente até há bem pouco tempo.’ O ataque à ordem internacional existente e seus ideólogos era direto: nessa ordem ‘não cabia a industrialização dos países novos’. Reconhecia que nós latino americanos estávamos longe de ter uma ‘correta interpretação teórica’ da realidade, mas já sabíamos que para obtê-la necessitávamos abandonar a ‘ótica dos centros mundiais’. (...) Seu objeto de ataque era o sistema real de divisão internacional do trabalho, que vinha conduzindo historicamente à concentração de renda em benefício dos centros industrializados. Afirmava-se que a legitimidade desse sistema fundava-se na tese de que os frutos do progresso técnico tenderiam a ‘repartir-se com equanimidade’ entre os países que participassem do intercâmbio. Ora, aí estavam os dados demonstrando o contrário, pois a relação de trocas evoluía persistentemente contra os países da periferia”. (FURTADO, C. *A fantasia organizada*. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985: 60-61)

ocorria devido a retenção dos frutos do progresso pelos países industrializados, os quais ele denominou de países centrais. Os países agrários exportadores seriam os periféricos. A economia central crescia impulsionada pela manutenção das riquezas aferidas pelo progresso técnico, que não eram repartidos com os outros países membros do sistema econômico internacional, ou seja, os periféricos não tinham acesso às inovações técnicas, que aumentavam a produtividade e a remuneração da população trabalhadora, essa em número abaixo da existente nos países periféricos e sem grande crescimento, fenômeno que ocorria de forma contrária nos países de economia apoiadas na produção primário exportadora. Portanto, contrastavam com as nações subdesenvolvidas que possuíam grande quantidade de mão de obra e ausência de tecnologia, dando ao mercado interno desses países subdesenvolvidos pouca margem de exploração. A detenção dos frutos do progresso técnico somente em nações industrializadas, somados ao conseqüente aumento da remuneração e mercado interno para os próprios produtos, causando maior produtividade, que moviam o círculo virtuoso destes países em detrimento do subdesenvolvimento dos outros, é a primeira característica a ser apontada pela teoria Centro-periferia de Prebisch. A chamada “deterioração dos termos da troca” aponta que a demanda por produtos primários dos países ricos manter-se-iam de forma pouco elástica, visto que sua população não atingia níveis suficientes de crescimento, enquanto que a oferta dos produtos agrários dos países periféricos tendia a aumentar cada vez mais, em virtude da produção em larga escala. O raciocínio demonstra, portanto, que enquanto os países denominados “centrais” se beneficiavam dos termos da troca, comprando os produtos primários enquanto impulsionava seu crescimento mediante a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, que consumia cada vez mais os próprios produtos, fazendo girar a roda do crescimento econômico apoiada no mercado interno, os países ditos “periféricos” engendravam o desemprego estrutural, visto que não havia impulso natural para exploração do mercado interno para mercadorias, industriais ou não. Sendo assim, o livre mercado impunha o atraso tecnológico contínuo para os periféricos em face do progresso tecnológico dos centrais, o que se torna a mola propulsora das condições de desigualdade existentes entre as duas realidades.

A partir destas conclusões, de que o livre mercado não mudaria a realidade existente, surgiu com força uma proposta de figuração do Estado como elemento cabal de ação planejadora e intervencionista para alavancar o crescimento dos países. Este esforço estatal

deveria incumbir-se de industrializar o país, alterando o eixo econômico exploratório de primário-exportador, para a indústria e a criação de demanda interna. Esta ideia é a motricidade do chamado “desenvolvimentismo”, que viria a ser aprimorado e aplicado por países latino-americanos, entre eles o Brasil. Aqui podemos levantar as primeiras contribuições de Celso Furtado, e os motivos que tornam sua obra objeto de estudo da dissertação. Mesmo que sejam apontadas no Brasil diversas linhas de “nacional desenvolvimentismo”¹⁴, reconhecidas até mesmo antes da criação da CEPAL em fins da década de 1940, Furtado destaca-se como o autor que contribuiu ao levantamento do que seria necessário, segundo ele, para colocar em prática um plano desenvolvimentista, o que vai de encontro com o objetivo da dissertação, saber quais eram os limites estruturais ao pleno desenvolvimento apontados por Furtado. Tomando por base a teoria centro-periferia, Furtado desenvolve o seu olhar¹⁵ sobre o que é desenvolvimento e subdesenvolvimento, e quais são as chances, e o que deve ser feito para ser superado. Para demonstrar as diferenças que existem na estrutura de países desenvolvidos e subdesenvolvidos inicia sua análise ainda no período pré-capitalista da história brasileira, ou seja, no período colonial. Embora indique o passado colonial como promotor da estrutura econômica existente, não coloca o mesmo como único condicionador da situação de atraso relativo aos países centrais. Devido à exploração agrária ocorrida durante o período dependente da metrópole, o lapso de tempo que permite o distanciamento dos países periféricos comparado aos centrais se dá durante o processo de descolonização, quando a chamada segunda revolução industrial está em curso. Os países que assentaram sua economia em eixos industriais, caso do Japão, Estados Unidos e Alemanha, “descolaram-se” das antigas colônias, agora politicamente independentes, mas que seguiram o caminho da manutenção de sua estrutura primário-exportadora. Fica claro que o passado colonial formatou a estrutura que futuramente seria desvantajosa perante as nações industrializadas, mas devemos notar que o aprofundamento das desigualdades entre os dois modelos ocorre em períodos de liberdade e igualdade política entre as nações do sistema

¹⁴ O pensamento desenvolvimentista traçou idéias no “Setor privado” (Roberto Simonsen); “Setor público não nacionalista” (Roberto Campos); “Setor público nacionalista” (Celso Furtado); E o “Pensamento Socialista”. (BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004: 77)

¹⁵“Celso Furtado partiu do estruturalismo cepalino de Raul Prebisch e nele introduziu *história*”. (BIELSCHOWSKY, R. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. P: 108. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

econômico internacional, inclusive há uma ex-colônia, os Estados Unidos da América do Norte, desenvolvendo-se como um país central. A conclusão a que chegara Furtado o permite vislumbrar que para uma possível igualdade de condições econômicas, que aferissem crescimento para as nações periféricas, seria impossível com a manutenção do modelo agrário existente, e a resposta seria o desenvolvimento da indústria nestes territórios.

Neste ponto da análise da dissertação, temos o aproveitamento da teoria centro periferia de Raul Prebisch com as iniciais contribuições de Furtado para o campo, que serão mais aprofundadas futuramente. Este é o primeiro passo para o entendimento do que Furtado apontará como obstáculos ao desenvolvimento em países periféricos, que é o objetivo central da dissertação. Até aqui pudemos explicar brevemente a teoria que viria a impulsionar o papel e os trabalhos da CEPAL, inauguradora de uma nova linha de pensamento econômico, atribuindo falhas explicativas para as teorias clássicas, incapazes de emoldurarem a realidade dos países latino-americanos em seus escritos, que acabou por difundir a queda da ideia das vantagens comparativas, que sustentara as relações comerciais entre os países, e também explicavam teoricamente a possibilidade de crescimento futuro por parte dos países agrários, destinando-os a aceitar os termos desiguais de trocas no mercado internacional. Graças a essa nova abordagem cepalina, teóricos como Celso Furtado desenvolveram teorias para indicar maneiras de superar as condições impostas ao longo da história. Furtado então, desempenharia um papel de leitor da realidade brasileira, e exporia sua visão ao longo de sua obra.

1.3. As contribuições de Furtado para a Teoria do Subdesenvolvimento

A Teoria do Subdesenvolvimento, que demonstra a desvantagem existente nas relações entre os países com economia voltada para o exterior, no caso as periféricas, e as economias industrializadas apoiadas no potencial do mercado interno, obteve com Furtado mais contribuições. Já na década de 1950, e ingresso nos quadros da CEPAL, o autor participou ativamente da criação das teorias desenvolvimentistas dominantes na mentalidade brasileira, servindo de base e apoio a governos como o de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), que

aprofundaria a transformação do país em nação com enfoque industrial. O “Plano de Metas”¹⁶, de caráter desenvolvimentista, criou as bases para a crescente indústria automotiva, entre outras, e ainda levou para o planalto central brasileiro a capital federativa. Se com Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, podemos indicar um início de mudança de enfoque econômico, atribuído também pela crise internacional e cafeeira que viria a impulsionar a indústria, ainda incipiente, após a Segunda Guerra Mundial e o governo Kubitschek há clara evidência do posicionamento pró Estado interventor no processo de industrialização no Brasil. O projeto desenvolvimentista alimentado pelo domínio teórico apresentado, protagonizariam o cenário brasileiro pelos próximos trinta anos. O predomínio desta corrente consolidou-se através de bases teóricas que obtiveram a contribuição de Furtado.

A interpretação “furtadiana” do subdesenvolvimento chocava-se com as teorias econômicas clássicas, pois segundo sua visão, estas não explicavam o fenômeno do atraso como algo singular, com estrutura diferente das economias desenvolvidas. Esta diversificação que Furtado encontra surge através de sua análise da história da economia de países periféricos, especialmente o Brasil, explicitando as desigualdades de construção de cada nação, especialmente diferentes entre as consideradas desenvolvidas e as subdesenvolvidas. A história na obra de Furtado demonstra a América latina como primário-exportador devido seu passado colonial, enquanto a metrópole passaria pela revolução industrial que condicionaria o surgimento do fenômeno do desenvolvimento dessas nações a partir do século XVIII, quando há o início do distanciamento econômico entre os países, que seriam aprofundados pelas relações comerciais posteriores, em que pesavam os termos desiguais das trocas. A falta de perspectiva histórica dos clássicos é um dos elementos contributivos, veio de sua interpretação dos processos de industrialização em curso, incrementada por uma teoria das mudanças sociais, pesando em sua visão a necessidade de mudanças políticas para o sucesso de empreendimentos industrializantes dos países periféricos. Portanto, o passado de dependência entre colônia e metrópole se fazem sentir ainda em meados do século XIX, em que os países latino-americanos são politicamente independentes de suas antigas metrópoles, mas esse

¹⁶ “Os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%).” (FAUSTO, B. História do Brasil. Editora USP. 12ª Ed. São Paulo, 2006: 427)

“detalhe” não influencia na dependência econômica imbricada graças as estruturas contrárias existentes em cada ponto. Voltamos às conclusões de que os países primário-exportadores (antigas colônias na América Latina, considerados como periféricos), não conseguem ultrapassar o subdesenvolvimento devido à desigualdade dos termos da troca, e não gozam de estímulo endógeno para a mudança do cenário, com mercado interno inexistente, com a economia apoiada no mercado externo, tendo os países centrais como clientes. Ao passo que, os industrializados, ou centrais, contém e mantém o progresso técnico, auto beneficiado pelo mercado interno que faz a produtividade crescer, aumentando salários e consumo de produtos industrializados, mas mantendo a demanda pelos produtos periféricos estável. O que Furtado diz é que o passado colonial montou a estrutura que viria a ser o baluarte de diferenciação para o descolamento do desenvolvimento entre as nações a partir do Século XVIII, visto que as nações que possuíam este passado não tinham condições estruturais financeiras, econômicas, mercadológicas e terrenas de promover a industrialização e criação e aprimoramento tecnológico¹⁷.

Elucidando as diferenças de estrutura existente entre os países centrais e periféricos, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado apoiada pela visão histórica que a caracteriza, estabelece os movimentos da industrialização que ocorreram, segundo o próprio autor, em três níveis, que ajudaram na maior desigualdade aferida entre as realidades existentes. Esta movimentação ocorrida a partir do Século XVIII, durante a chamada segunda Revolução Industrial, quando há um aprimoramento das técnicas industriais, ocorre primeiramente dentro da Europa Ocidental em países como a Alemanha e Inglaterra. O que caracteriza esta primeira etapa é a utilização da mão de obra pré-capitalista que existia, acabou por se afastar do campo urbanizando o oeste europeu antes de outras áreas no globo. Neste momento se estabelecia a divisão internacional do trabalho, que colocava o ocidente europeu na vanguarda da produção industrial, promovendo a urbanização e deslocando a agricultura para um segundo patamar de importância econômica, restando a produção de subsistência para alimentar as cidades, ao

¹⁷ É necessário destacar que há teorias que contradizem as ideias de Furtado, não apenas na questão em que é colocado no texto, como as Clássicas. Segundo Fragoso (*FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.*) havia na colônia brasileira um intenso mercado interno e, embora a economia de forma geral fosse dependente do mercado externo o mesmo não sofria tantos percalços como diz Furtado em decorrência de crises econômicas internacionais. Ainda segundo o mesmo autor, na colônia brasileira houve a formação de mercados inter e intra regionais que abasteciam os mais diversos rincões do território nacional.

mesmo tempo em que impulsiona a expansão da já bem sucedida agricultura exportadora das colônias. O desenvolvimento a partir da industrialização avançou além de terras europeias, e deslocou-se em um segundo momento para territórios que possuíam determinadas semelhanças ambientais com as colônias, caso das nações localizadas na América do Norte, ou seja, Estados Unidos e Canadá (CEPEDA, 1998: 160)¹⁸. Além de receberem a mão de obra europeia, tinham diferente estrutura se comparada com as colônias do subcontinente sul americano, este, como o caso do Brasil, intensamente explorados em ciclos econômicos, conservando características ímpares se comparado com outros territórios, além da agricultura extensiva voltada para o mercado externo. Enquanto a industrialização se expandia dentro da Europa e até mesmo fora dela, como visto acima, ocorreram os processos de independência entre os século XVIII até Século XIX (em 1822, no Brasil), mas apesar da mudança de status político, a industrialização não ingressara, contribuindo para o aumento do fosso existente. Neste ponto, é clara a distinção entre os dois mundos apresentados, um em franca expansão industrial, explorando o mercado interno, fortalecendo seu ciclo virtuoso através do progresso tecnológico, ancorado em teorias clássicas defensores do modelo que não analisavam as diferenças entre os patamares estruturais existentes. A outra face eram as ex-colônias europeias densamente populosas, à espera do incremento de sua economia através do livre mercado de seus produtos primários, que não viria. Em uma terceira etapa, estas estruturas agrárias arcaicas com características pré-capitalistas, são o próximo destino do desenvolvimento da indústria pelo mundo. Ao analisar a chegada da indústria nos rincões agrários, é de se supor através da teoria clássica que os dias de subdesenvolvimento estariam fadados a terminar, pois estavam recebendo condições para que o próximo nível em uma escala progressiva ocorresse, neste caso o desenvolvimento. Porém, o que Furtado observa é que ocorreu um aporte de uma estrutura nova em conjunto com a estrutura arcaica, uma não se sobrepôs sobre a outra gradativamente de forma substitutiva, mas sim permaneceram de forma concomitante, criando uma estrutura híbrida nos países com industrialização tardia. Sendo assim, a manutenção de uma estrutura primário-exportadora em conjunto com aparelho industrial não foi capaz de alcançar o desenvolvimento por completo e agregar toda uma mão

¹⁸ CEPEDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 1998. 245f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

de obra, extensa, em torno do mercado interno ainda incipiente. A existência de duas estruturas, uma apoiada na agricultura extensiva objetivando a exploração do mercado externo, e outra industrial, necessitando de um mercado interno para apoiar seu próprio crescimento e possibilitando a utilização da mão de obra, para fazer girar o ciclo produtivo e melhorias tecnológicas, acaba por ser sabotado pelos obstáculos estruturais que serão observados por Furtado ao longo de sua obra, a começar pela ocupação de espaço realizado desde os tempos de exploração colonial.

A manutenção das características dos dois mundos funciona como um obstáculo ao desenvolvimento para Furtado, pois não crê no fenômeno do subdesenvolvimento como passageiro e anterior ao desenvolvimento, mas sim como algo particular que deve ser superado de acordo com medidas que alterem determinadas estruturas. O rompimento com a teoria clássica se completa, e visualizando a industrialização como imprescindível para o incremento econômico necessário, mas que deve vir acompanhado de reformas estruturais que abandonem a antiga formulação primário-exportadora, inserindo a população no mercado consumidor interno, impulsionador das autotransformações necessárias. As contribuições de Furtado para a teoria econômica desenvolvimentista não cessam neste ponto. Discorre também sobre a necessidade de planejamento econômico e participação Estatal para a superação das condições subdesenvolvidas, isto é sinônimo de industrialização através da ação Estatal, não realizada de forma independente e exógena. A chance da industrialização no Brasil surge a partir da crise mundial de 1929 e consequente queda do mercado internacional de produtos como o café brasileiro. Como a economia do país era dependente deste único produto, que por sua vez explorava somente o mercado externo, a queda do poderio econômico internacional reverberou em terras brasileiras, dando oportunidade para o crescimento da indústria nacional, embora essa não tenha tido inicialmente projeção junto ao Estado. Mas o simples aporte industrial em um país subdesenvolvido que possua uma estrutura que não seja condizente com a necessária para o projeto de transformação resultará em estruturas dualistas em um mesmo espaço, engendrando mais desigualdade, ao passo que existirá uma parte atrasada economicamente, e outra próspera, com características muito próximas das encontradas em economias desenvolvidas. O fim desta desigualdade, o alcance do desenvolvimento através da industrialização feita de maneira planejada é o sentido motor de um projeto para o Brasil visualizado e proposto por Furtado, porém, este processo encontra obstáculos na estrutura do

país, que deveriam ser sanados para que um possível sucesso na empreitada fosse alcançado. O enfoque da apresentação desses obstáculos estruturais existentes ao desenvolvimento na obra de Furtado é o foco da dissertação em curso. Furtado apresenta em suas colocações não apenas os aspectos técnicos necessários para as reformas estruturais que considera primordial, mas relata também condições sociais de acordo com o projeto de industrialização, entre eles a manutenção da democracia e a participação ativa da sociedade no projeto desenvolvimentista.

Toda esta “movimentação” teórica apresentada pelo autor estudado durante sua obra que se inicia ainda na década de 1940¹⁹, e como um dos objetivos da dissertação é demonstrar possíveis mudanças de enfoque nas análises furtadianas referentes ao que considerada obstáculos ao desenvolvimento em condições periféricas, é importante alavancar os momentos por quais passava o autor na vida pessoal, embasado pela contextualização do momento histórico brasileiro e mundial.

1.4. Furtado, Superintendente e Ministro

Após a enunciação dos objetivos, e a introdução necessária para o entendimento da colocação de Furtado entre os mais importantes pensadores brasileiros do Século XX, adentraremos em sua atuação até a sua saída do Brasil em abril de 1964, após a chegada dos militares ao poder. A lembrança dos acontecimentos por quais passou Furtado são necessários na medida em que representam o quadro político, social e econômico por qual passava o Brasil, portanto, como intérprete da nação a ser utilizado pelo trabalho, Furtado como homem de seu tempo, acaba por representar e interpretar as realidades momentâneas. Ainda na parte introdutória do primeiro capítulo da dissertação exploramos o posicionamento de Furtado em relação às teorias econômicas clássicas e as teorias heterodoxas empunhadas pela Cepal, do qual fez parte entre os anos de 1949 e 1959. Suas contribuições a partir da Teoria Centro – Periferia, e a desconstrução da crença do subdesenvolvimento como um patamar inferior ao desenvolvimento foi explicitado. A partir de agora será levantado sua participação já como um

¹⁹ A obra de Celso Furtado publicada entre 1946 e 2008 contém 41 títulos. Fonte: Centro Celso Furtado.

executor em cargo público, perante sua nomeação para Superintendente da Sudene²⁰ e o Ministério de Planejamento durante o Governo de João Goulart, quando concebeu o Plano Trienal. Relembramos que um dos objetivos da dissertação é averiguar suas colocações teóricas quanto aos obstáculos ao desenvolvimento em condições periféricas, mas que sua atuação pessoal e a conjuntura em que as obras foram escritas devem ser alavancadas para configurarmos o momento histórico em que Furtado produzia suas contribuições, bem como ajuda a visualizar sua importância como homem público e intelectual.

Sem adentrar notadamente nas análises dos obstáculos apresentados pelo Brasil e outros países periféricos, nos deteremos momentaneamente em citar as diferenças regionais dentro de um mesmo sistema econômico nacional como elemento sintomático da condição de território subdesenvolvido. Podemos elencar esta característica como resultante da chegada de uma nova estrutura modernizante sobre outra arcaica, além de todo histórico colonial brasileiro que atravessou ciclos econômicos, contribuindo para a diferenciação econômica dentro dos limites da nação. A dualidade de estruturas se manifesta dessa forma, em que a parcela determinada a viver em condições subcapitalistas desenvolverá um distanciamento da porção receptora da estrutura industrial, recriando dentro de uma mesma nação as diferenças existentes em escala internacional. Esta preocupação se materializará principalmente em relação ao Nordeste brasileiro, local de nascimento do autor, com relação ao território ao sul. Adicionado a estes ingredientes está à importância dada à ação, ou a algum tipo de serviço visível, que a ocupação de intelectual deveria exercer. O conhecimento deveria ser colocado a serviço e benefício das populações necessitadas, e Furtado aceita ser o primeiro Superintendente do que viria a se tornar a SUDENE (Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste) criada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek. Neste ponto, Furtado deixa de ser apenas teórico e parte também para a ação, mas não abstém de publicar durante a empreitada, que duraria de 1958 a 1964.

²⁰ SUDENE (Superintendência para o desenvolvimento econômico do Nordeste), nascida em 1959 com o intuito de promover melhorias, das condições econômicas e humanas do Nordeste brasileiro, a fim de impulsionar o desenvolvimento e integração para com o restante do país, obstinando diminuir a desigualdade existente entre as diferentes regiões nacionais (FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste in O Nordeste e a Saga da Sudene 1958 – 1964*. Rio de Janeiro, 2009. Contraponto.

Com sua participação no órgão, Furtado passa a vivenciar de forma mais direta as dificuldades que podem ser impostas por pressões e interesses políticos diversos, incluído não apenas as nacionais, mas as estrangeiras alavancadas pelo momento político e ideológico dividido por qual passava o mundo, a divisão entre capitalistas e comunistas, ocidente versus oriente. A intenção de Furtado, ao assumir a SUDENE, era criar uma nova economia para a região, que permitisse unir de fato o Nordeste ao sistema econômico nacional, eliminando barreiras ao desenvolvimento. Usando a interpretação de Furtado para a história econômica nordestina em “Formação Econômica do Brasil”²¹, observamos as colocações do autor com relação aos problemas de estrutura agrária, provenientes ainda do ciclo da exploração da cana de açúcar na região durante a colonização brasileira, durante o Século XVII. Com o exclusivo interesse de produzir para o mercado externo e atender a vontade da metrópole, não houve preocupações quanto à qualidade da ocupação do solo, o que ajudou a comprometer e engendrar a estrutura agrária e habitacional local. A “Zona da Mata” (Atlântica), local de terras férteis, foi ocupada pela produção da cana-de-açúcar, e a população foi empurrada para o semiárido, utilizada para culturas de subsistência e pasto para gado. Dessa forma, uma economia precária se formou na região, já que suas áreas férteis haviam sido ocupadas pela empresa primário-exportadora capitalista, baseada na mão de obra escrava. Com a crise açucareira (fim do Século XVII), aguçada pela concorrência antilhana, a economia do Nordeste que era toda centrada nesta cultura ruiu, relegando ao local a realidade de um sistema econômico pré-capitalista, sem produção ou mercado interno, com habitantes voltados para a própria sobrevivência em condições de vidas precárias em um território hostil. Essa gênese contribuiu para o distanciamento da região para com o restante do país. Outra “herança” da região nordestina diz respeito à formulação dos quadros políticos, que também possuem laços com os tempos passados, de “coronéis” com poder regional à disposição, por vezes superiores a instituições regionais. Este traço promoveu o clientelismo na região, combinando com forças políticas eleitas erigidas sobre estas bases oligarcas dominantes. O desafio de Furtado na Sudene seria formular um plano técnico capaz de resistir às disputas políticas, segundo Lima (2009)²², “um fogo cruzado de demandas clientelistas” (LIMA, 2009: 234), acirradas por um clima político ideológico polarizado.

²¹ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 15ª Ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1977.

²² LIMA, Marcos Costa. *O Conselho Deliberativo da Sudene (1959 – 1964)* in *O Nordeste e a Saga da Sudene 1958 – 1964*. Rio de Janeiro, 2009. Contraponto.

Graças ao clima existente, diversos problemas foram criados no próprio Conselho Deliberativo do órgão, e a luta frente a condutas políticas que discutiam as formulações técnicas da SUDENE, adicionado ainda interpretações de países estrangeiros como os Estados Unidos, fizeram com que Furtado publicasse uma obra dedicada a explicar o cerne do trabalho que necessariamente deveria ser conduzido, acima de lutas partidárias, segundo o próprio, dedicado ao entendimento dos jovens do que deveria ser a luta propriamente dito, tentando demonstrar a sua interpretação do momento político e social. Em “A Pré-revolução brasileira”²³ a afirmação anterior pode ser corroborada ainda antes da Introdução da obra, através de uma citação de B. H. Liddell Hart chamada *Strategy*, e também logo na abertura do livro, em seu primeiro parágrafo:

Em meus contatos com a juventude universitária, de todo o Brasil, tenho observado que crescentes ansiedades dominam os espíritos. Generalizou-se a consciência de que o país caminha para a transformação de longo alcance; e de que, sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis. E todos, ou quase todos os jovens, desejam compreender o que está ocorrendo e pretendem participar conscientemente dessas transformações: querem assumir uma posição ativa e contribuir para moldar um porvir que lhes pertence por excelência. Se bem que muitas vezes indecisa ou insegura, a juventude está confiante. E está exigindo de todos nós definição clara de posições: identificação corajosa de objetivos e métodos de luta pela conquista do futuro. (FURTADO, 1962: 13.)

Como veríamos a seguir na história brasileira, nada foi capaz de opor-se ao golpe civil-militar que encerraria um período democrático de quase duas décadas no Brasil (1945 – 1964). A democracia, ou a falta de, será mais bem explorado adiante, como sendo um dos elementos que impediram um real desenvolvimento econômico e social nacional. Ainda liderando o processo de tentativa de reconstrução econômico do Nordeste, e pouco tempo antes do evento do golpe civil-militar, Furtado é escolhido pelo então Presidente da República João Goulart para a formulação de um Plano socioeconômico, que seria uma tentativa cabal de estabilizar a economia brasileira e lançar metas a serem alcançadas para a reestruturação do país, procurando ajudar também na aquiescência de posições extremadas, que procuravam lutar

²³ FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

pelo poder ou pela destruição do vigente. Em fins de dezembro de 1962, é lançado o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 – 1965”. Em meio à crise política e econômica por qual passava o Brasil, e com pouco tempo de preparação, Furtado assume a tarefa de realizar o plano solicitado pelo Presidente Jango, em um país que saía de uma breve experiência parlamentarista, tendo o Presidente restituído plenamente seus poderes. A despeito de que poderia vir a servir como aliado para a reivindicação populista das “mudanças de base”, o plano fornecia primeiramente a intenção de estabilizar a crescente inflação, com medidas surpreendentemente ortodoxas, conforme indica o próprio autor em trecho de outra obra autobiográfica, “A fantasia desfeita”²⁴, que relata uma visita do então Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas a Washington em Abril de 1962, acompanhando João Goulart, colocou o plano para apreciação dos técnicos do FMI (Fundo Monetário Internacional). Porém, adicionado aos mecanismos ortodoxos de controle inflacionário, o economista vislumbrava a oportunidade de iniciar um plano que possibilitasse uma real reforma no país²⁵.

A despeito da formulação do Plano por Furtado, e do esforço inútil e embate para a aprovação do mesmo no Congresso Nacional, o Plano Trienal nunca foi colocado em prática, ao menos as chamadas “reformas”. Com o tempo, o que se verificou no cenário político nacional foi cada vez mais a radicalização das posições, tanto pró quanto contra Goulart, culminando em primeiro de abril de 1964 no Golpe Civil – Militar que derrubaria o Presidente e instalaria um sistema de governo não democrático, liderado pelos militares. Os motivos, detalhes, e nuances do fato histórico não fazem parte dos objetivos do trabalho²⁶, sendo

²⁴“Na elaboração do plano, eu tive o cuidado de embutir um conjunto de providências estabilizadoras que estavam longe de ferir a sensibilidade ortodoxa dos técnicos do FMI. Assim, San Tiago Dantas não teve dificuldade em entender-se com eles, e chegou mesmo a telefonar-me de Washington, eufórico: “Você pode orgulhar-se – disse-me – de haver preparado o primeiro plano de controle gradualista da inflação contra o qual os técnicos do Fundo nada têm a dizer”. Mas os problemas importantes não estavam na alçada dos técnicos.” (FURTADO, C. A Fantasia desfeita. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989. P. 163

²⁵“Mas, pela primeira vez entre nós, um Plano de Governo continha um conjunto de diretrizes das reformas de base mais urgentes – a administrativa, a bancária, a fiscal e a agrária -, as quais seriam objetos de mensagens específicas ao Congresso Nacional.” (Idem, Ibidem: 162)

²⁶ Ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Sessenta e quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e poder de agenda na Política Brasileira. Dados vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300007&lang=pt>.

necessário espaço maior para os relatos e possíveis conclusões do ocorrido. Mas o acontecido veste-se de importância na medida em que os planos da SUDENE, e pensamentos contrários a novas diretrizes que viriam a ser instaladas foram expurgados do Brasil, incluído neste rol Celso Furtado, mesmo que as políticas de crescimento escolhidas pelos novos governantes na sequência dos fatos venham a fortalecer o nacional desenvolvimentismo como base da industrialização brasileira. O exílio a que foi submetido é ponto crucial de entendimento de sua obra, visto que possibilitou críticas às escolhas feitas pelo regime ditatorial implantando no Brasil, caracterizando uma das fases do autor que virá a ser explorada no trabalho. Antes, porém, de iniciar explicações acerca de fases da produção “furtadiana”, vale transcrever o último parágrafo de seu livro autobiográfico que muito diz sobre seu sentimento ao deixar o Brasil rumo sua estadia em terras estrangeiras, encerrando este princípio de trabalho destinado a promover de forma sucinta passagens importantes de sua vida, que vieram de alguma forma a emoldurar as obras que estão prestes a serem demonstradas:

Em poucos minutos, meu avião decolava rumo ao Pacífico. Sentira certa angústia ao cortar o último vínculo com o mundo que por tanto tempo dera sentido à minha vida. Dedicara anos a organizar minha fantasia, na esperança de um dia transformá-la em instrumento de ação a serviço de meu pobre e desvalido Nordeste. Agora, essa fantasia estava desfeita, desmoronara como uma estrela que se estilhaça. Era como se uma enxurrada tudo houvesse arrastado. Subitamente deparei à direita do avião o perfil altaneiro dos picos gelados dos Andes. Deixei-me levar pelo deslumbramento. Eram os vastos horizontes do mundo com eu sedutor canto de sereias. Senti ligeiro calafrio, como se meu adormecido espírito de cavaleiro andante fizesse sinais de despertar. (FURTADO, 1989: 201).

Ao despedir-se do Brasil Furtado iniciaria um período de moradia nos Estados Unidos e posteriormente França, onde inclusive lecionou em importante instituição educacional superior. Suas participações na Cepal, Sudene e Ministério do governo brasileiro foram

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Sessenta e quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Vértice, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

contemporâneas dos movimentos teóricos apresentados, que insurgiram o nacional desenvolvimentismo nos governos sul americanos, e viria a ser utilizado também durante o período militar brasileiro que transcorreu de 1964 as 1985. Como forma de dimensionar a carreira de Furtado, utilizando estes medidores temporais, surgem separações em fases de sua produção. Este período em que consolida sua posição como pensador brasileiro faz parte de uma primeira fase nomeada por importantes pesquisadores da obra furtadiana²⁷. Em breve conheceremos melhor tais fases, que também serão usadas pela dissertação na busca por seus objetivos, ou seja, traçar o que Furtado demonstrou através de suas obras serem obstáculos ao desenvolvimento das nações periféricas, em especial o Brasil, além de observar como seu discurso pode ter mudado ou variado dependendo do tempo em que escreve. Essa variação se demonstra inclusive devido à realidade que vivencia Furtado, por esse motivo a descrição anterior da conjuntura nacional e internacional, com o intuito de entendermos onde vivia o autor. Sendo assim, toda a primeira parte descrita denota a formação de Furtado como pensador, e o coloca como um dos pilares da construção de uma nova teoria que buscava explicar as diferenças existentes entre os países tidos como desenvolvidos para com os subdesenvolvidos. Neste processo, de cerca de 15 anos, consolidou a Cepal como instituição pensante da América Latina para resolução de seus problemas próprios, onde tem destaque a Teoria Centro Periferia, da qual Furtado faz uso. Abordamos também as contribuições furtadianas e sua visão do problema do subdesenvolvimento, sua passagem pela Sudene e a produção do Plano Trienal. Após o período democrático brasileiro entre 1945 e 1964 culminar em um regime ditatorial liderado pelos militares, Furtado é exilado, e a partir desta época sua obra mudará de feição. Como método para a busca dos objetivos da dissertação, que são a demonstração do que Furtado escreve em sua obra como obstáculos ao desenvolvimento, e supostas mudanças de posicionamento ou configuração de suas propostas ao longo do tempo, tendo como espelho a conjuntura brasileira e mundial será utilizado a separação por fases da obra furtadiana.

1.5. As fases da obra de Celso Furtado

²⁷ Carlos Mallorquin, Vera Cepêda, Francisco de Oliveira e Rosa Maria Vieira.

Os livros publicados por Furtado abarcam meio Século, e autores como Cepêda, Mallorquin e Vieira dividiram em fases, provendo um modelo de análise que será utilizado pela dissertação, demonstrando diferenciação das colocações de Furtado ao longo do tempo, quando tratou de indicar em seus livros o que considerava os obstáculos ao desenvolvimento. CEPEDA (2001)²⁸ enumera três fases nas obras de Furtado. A fase “otimista”, o “pessimismo espantado” e a “crítica renitente” (CEPEDA, 2001: 168.). A fase inicial teria causado o maior impacto e influência na intelectualidade brasileira, que perdurou até o ano de 1964, quando Furtado foi deposto de seu cargo de Superintendente da Sudene, cassado seus direitos como cidadão brasileiro, e iniciado o período de exílio do Brasil, em virtude do golpe de Estado. Ainda caracterizando esta fase do autor, Cepêda pondera sobre o teor político aferido em suas obras, fazendo seus leitores observarem-no não como um economista apenas, mas um personagem que transcendia para diversas áreas da ciência social. Sua “segunda fase” compreende o período pós-1964 e perdurará até meados da década de 1970, aonde seu pessimismo irá de encontro com as opções escolhidos pelos governantes brasileiros para o desencadeamento do desenvolvimento econômico e social do Brasil, entendendo que as chances e possibilidades da nação caminhar para um patamar superior em nível de desenvolvimento estavam sendo perdidas devido a políticas erráticas. Posterior a esta fase pessimista, Furtado desenvolve a partir da década de 1980 obras avaliativas sobre os rumos tomados e os resultados alcançados e a serem obtidos. É então que a sua “crítica renitente” dominará os escritos, ao mesmo tempo em que mergulha em sua autobiografia.

Segundo MALLORQUIN (2008)²⁹, a obra de Furtado divide-se em dois momentos, que vão de encontro à análise realizada por Cepêda, ou seja, uma primeira fase que reúne as obras produzidas entre fins dos anos 50 e início dos anos 60 (Mallorquin consolida uma fase entre 1958 e 1962, enquanto Cepêda a estende até 1964). Este período inicial, segundo o autor mencionado, seria a fase em que Furtado escreve a “Teoria do Subdesenvolvimento”,

²⁸ CEPEDA, V. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. P. 167-184. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

²⁹ MALLORQUÍN, C. Celso Furtado: teórico por antonomásia. P. 115-138. In: LIMA, M. C. & DAVID, M. D. (org.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: Verbena Editora, 2008.

preocupado em construir a teoria de embate à economia clássica, o olhar estruturalista frente ao ortodoxo. Este seria o momento de consolidação do estruturalismo latino americano encorpado por Furtado na Cepal, e como personagem atuante nas instituições brasileiras. Para Mallorquin, esta “primeira fase” da produção furtadiana seria sucedida por uma segunda, em que os objetivos do autor são diferentes, onde há uma mudança de postura analítica, em que suas preocupações transformam-se em algo interdisciplinar, procurando excluir análises focadas somente nos campos ortodoxos ou estruturalistas, rompendo com o limite do discurso econômico e alcançando a interdisciplinaridade da visão econômica, social e política. Esta “segunda fase” seria o momento em que Furtado concerne-se em escrever uma “Teoria Geral as Formações Sociais”, dispostas entre os anos de 1976 e 1980 (MALLORQUÍN, 2008: 115). Ao olharmos para os dois autores que dividem a obra de Furtado em fases encontramos similaridades na análise, e o fato de dividir os escritos do autor em períodos diferentes denota alterações nos olhares de Furtado para com seus objetos de estudo, no caso o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Esta divisão vem de encontro com os objetivos da dissertação, que pretende apontar possíveis mudanças no discurso, ou adequações em sua interpretação ao longo do tempo. Conforme atestam estes especialistas, há sim alterações no discurso. Especialmente a chamada “primeira fase” entre os dois apontadores guardam muitas similaridades, no que diz respeito à construção teórica do estruturalismo de Furtado, diferenciando os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos, aproveitando a Teoria Centro Periferia de Prebisch. Apesar de não expor tantas similaridades quanto à primeira, podemos traçar familiaridades entre as análises de Cepêda e Mallorquin para os períodos subsequentes, como por exemplo, a intenção do pensador nordestino em criticar o momento brasileiro através de um olhar múltiplo, segundo Mallorquin, que podemos traduzir como sendo a “crítica renitente” de Cepêda, ou seja, uma visão apurada e crítica do modelo e dos acontecimentos que se sucediam no Brasil e no mundo.

Além de Cepêda e Mallorquin, destacamos Vieira³⁰ (2001), que também divide a obra de Furtado em fases. Mais uma vez, a década de 50 e o início da década de 60 (até 1964 para Vieira) reconstituem uma primeira fase do autor. Sua classificação baseia-se no caráter da

³⁰ VIEIRA, R. Celso Furtado: auto-retrato e retórica. P. 157-165. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

atuação de Furtado, neste caso, na primeira fase é descrito como um administrador público e teórico, pois ao mesmo tempo em que desenvolvia a Teoria do Subdesenvolvimento integrara a Cepal, o Ministério do Planejamento e a Superintendência da Sudene. Sua segunda fase seria acadêmica, visto que estava exilado do território brasileiro devido à ditadura instaurada no ano de 1964, quando atuou como professor no Chile, Estados Unidos e França. Estes anos foram de pessimismo e produção teórica rigorosa, coincidindo com a análise de Cepêda e Mallorquin. A derradeira fase ocorre a partir dos anos 80, quando Furtado se debruça em sua autobiografia. Mais uma vez podemos averiguar proximidade entre as análises dos autores. Sendo assim, para seguirmos com os objetivos da dissertação, a colocação da obra de Furtado em fases permite focarmos de maneira mais pontual as alterações nos seus apontamentos do que seriam os obstáculos ao desenvolvimento, e a “primeira fase” da obra furtadiana será a primeira averiguada, buscando responder as questões colocadas pelo trabalho. Posteriormente, observaremos a possível mudança das colocações do pensador no período delineado como “segunda fase”, que implica as obras em seu momento de “crítica renitente” para Cepêda, “acadêmica” para Viera ou de “teoria geral das formações sociais) para Mallorquin.

A primeira fase “furtadiana” coincide com os anos descritos pelas primeiras páginas da dissertação, em que o autor desenvolve seus primeiros trabalhos em torno da Teoria Centro - Periferia dentro da Cepal, e participa da invenção do nacional desenvolvimentismo, enquanto também agia como Superintendente da Sudene e Ministro de João Goulart para a promoção do Plano Trienal. Como o intuito do trabalho é apontar quais são os obstáculos indicados por Furtado em sua obra em diferentes momentos, esta primeira fase é também a precursora utilizada pela dissertação, visto que neste período há a produção de diversos livros em que pontua e explica sobre os limites estruturais. Sendo assim, as obras que farão parte da análise desta primeira fase foram produzidas entre os anos de 1958 e 1964³¹, nas quais Furtado se posiciona a partir do argumento de que a estrutura econômica herdada da era colonial, e ainda de forte presença no país em conjunto com a nova estrutura industrial, condiciona os problemas que se converterão em outros limitadores estruturais. Conforme explicitado anteriormente, de acordo com as novas teorias cepalinas, das quais Furtado foi contribuinte, que confrontariam as teorias clássicas liberais, as estruturas econômicas dos países

³¹ *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958. *Formação econômica do Brasil*. 15ª Ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1977.

subdesenvolvidas eram diferenciadas das dos países desenvolvidos industriais, nomeados por Raul Prebisch de países centrais. Com uma estrutura proveniente dos tempos coloniais, em que a agricultura exportadora dependente do mercado externo alicerça o modelo econômico produtivo, é totalmente diferente da estrutura produtiva industrializada encontrada, por exemplo, nos países europeus como a Inglaterra. Ao contrário das crenças clássicas, em que colocavam o subdesenvolvimento como um estágio anterior ao desenvolvimento, este alcançável a partir do incremento da produção, respeitando as regras do livre mercado que ofereciam os termos da troca como possibilidade de alavancagem do crescimento e desenvolvimento, acabou por ser negadas a partir da Teoria Centro - Periferia que demonstrava os termos da troca como desiguais, além do peso da manutenção do progresso tecnológico, bem como seus frutos, nos países centrais. Esta premissa que norteou as teorias produzidas a partir da Cepal também serviu de base para Furtado, que em seus livros dedicou atenção ao movimento de possível desenvolvimento brasileiro.

A primeira fase tem por pano de fundo histórico toda a trajetória de Furtado como integrante da CEPAL, na Superintendência da SUDENE, como Ministro do governo João Goulart e em sua ronda final, como exilado político durante o período militar. Ao interpretar a situação brasileira, Furtado buscava responder ao porque da não superação do atraso brasileiro, mesmo após a industrialização iniciada mais fortemente em meados dos anos 30. Começa delineando a estruturação econômica brasileira com o intuito de oferecer respostas complexas e completas, não satisfeitas com explicações clássicas que apontavam as “vantagens comparativas” do livre mercado como uma espécie de destino traçado para os países primário-exportadores dependentes do mercado externo. Conforme citado nas explicações, os anos de 1958 a 1968 foram entremeados por importantes acontecimentos da História Brasileira, e Furtado pode escrever enquanto participava ativamente das ações necessárias para o aprofundamento de crises ou perseverança das chances de desenvolvimento do país. Usando o método histórico-estrutural foi capaz de analisar o passado nacional para desvendar o presente, oferecendo também soluções para as gerações seguintes. Na finalização deste capítulo competem indicarmos quais foram os limites estruturais ao desenvolvimento em condições periféricas encontrados por Furtado neste conjunto de livros selecionados, que são parte de sua extensa obra.

A estrutura agrária é o ponto nevrálgico das causas do subdesenvolvimento brasileiro, abordado sempre, destacando seu formato dúbio de latifúndios primário-exportadores com minifúndios improdutivos que resultam em baixa oferta de alimentos, tecnologia e salários no campo. Os limitantes listados a seguir são o insuficiente mercado interno não existente antes da industrialização, causa da baixa renda da população brasileira; as diferenças regionais e o desequilíbrio de renda; a má estrutura administrativa e fiscal, agravantes para a questão de captação e aplicação correta de recursos para a construção de infraestrutura e aumento de investimentos na industrialização. E por fim, a estrutura política conservadora e combativa às mudanças sociais de fins dos anos cinquenta e começa dos anos sessenta, agravados pelo golpe militar de 1964 e a instalação de modelos econômicos considerados erráticos por Furtado intensificado negativamente pelas instituições políticas não democráticas instaladas ao longo de duas décadas.

O Brasil a partir do ano de 1964 passou a conhecer um panorama político distinto das duas décadas anteriores. Embora um governo autoritário, não eleito diretamente pelo sufrágio popular não fosse novidade na República, os efeitos sobre a sociedade, política e economia dessa história do país provocariam mudanças pelos próximos vinte e um anos, até o término da “experiência”, em 1985. Porém, dentro dos espectros destas mudanças a ideologia desenvolvimentista na economia continuou a ganhar destaque e a ser colocada em prática pelos novos mandatários do país. Mesmo sendo colocado em posição de destaque como um pensador da escola desenvolvimentista Furtado não escapou do exílio e, mesmo longe da terra natal engendrou em sua obra críticas ao modelo econômico escolhido pelos militares e sua equipe, ladeada pelas características antidemocráticas impostas à sociedade ao longo das duas décadas de predomínio. A conjuntura internacional vivia o auge da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, que impunham litígios entre as nações do globo sob a alçada de dois blocos, capitalista ou comunista. A integração a um dessas duas frentes era algo cabal para o futuro dos países, e o Brasil manteve-se ao lado dos Estados Unidos, ainda mais depois do capítulo do Golpe que, entre outras posições buscava afastar o comunismo de terras sul americanas.

Segundo as fases da obra de Furtado, este quadro histórico é o momento em que o autor discorre uma produção crítica com relação aos acontecimentos e escolhas do governo

brasileiro. Segundo Cepêda é a fase da “Crítica renitente”, para Mallorquin é o momento de afastamento da construção da Teoria do Subdesenvolvimento para uma criação maior, em que enseja uma multidisciplinaridade criadora de uma “Teoria geral das transformações sociais”, e Vieira aponta sua dedicação acadêmica durante o período de exílio. Através das colocações das fases percebemos a alteração da temática da obra furtadiana de um momento para outro. Enquanto na primeira fase o autor construía e debatia teoricamente, nesta há um processo de reconstrução e resignificação a ser feito. Dessa forma, a dissertação buscará, como é seu objetivo, encontrar o que Furtado passa a apontar como obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, em que pese a possibilidade inclusive de esta alternativa não ser alcançada devido às escolhas promovidas pelos mandatários da nação.

Os problemas listados partem da Teoria do Subdesenvolvimento, sua participação na Cepal e na Sudene, e promove a infraestrutura agrária herdada dos tempos coloniais como passo primeiro das condições contrárias existentes no Brasil. Dessa situação saltam as outras, aproveitadoras da má ocupação territorial que trazem consequências como a estrutural dual da economia nacional após o início da industrialização, a crescente diferenciação econômica entre as regiões, ausência de mercado interno, fruto do modelo primário-exportador vigente resultando na incapacidade endógena de promoção da industrialização, que seria o ponto nevrálgico da necessidade do nacional desenvolvimentismo. O cenário de fundo da segunda fase furtadiana é outro. O predomínio político é alterado, assim como o caráter urbano passa a dominar o país. Dentro desta perspectiva, Furtado apontará motivos distintos para o não alcance do desenvolvimento brasileiro, e como isto vinha sendo paulatinamente banido das possibilidades futuras.

Os apontamentos de Furtado ao longo das obras selecionadas³², que se iniciam na segunda metade da década de sessenta e avançam ao longo dos anos setenta e oitenta, criticam pontos distintos dos selecionados anteriormente, porém derivativos. Dentre os aspectos que serão aprofundados na segunda fase, encontramos na obra de Furtado reflexões sobre a alta taxa de concentração de renda existente no Brasil, a ascensão de grupos internacionais dominantes na econômica em face do Estado (mesmo que o nacional desenvolvimentismo

³² *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo. Paz e Terra, 1974.
O Brasil Pós-“milagre”. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

tenha sido uma marca dos militares), a dependência externa, a falta de progresso técnico e, com destaque a inadequação das instituições políticas para um momento de crescimento econômico, engendrando ainda mais a concentração em detrimento da divisão dos benefícios alcançados. No rol de inadequações apresentados pelo autor figuram ainda a imposição cultural do centro, visto que os padrões de consumo de países como os Estados Unidos passam a ser cobiçados e incentivados pela crescente classe média e rica que surge em partes do país, fruto de uma industrialização diferente da que ocorre no centro, que ajuda a aumentar o fosso existente entre as nações centrais e periféricas. Estes são os principais pontos abordados, sempre tendo a atuação do Estado como pano de fundo das possíveis alterações para o alcance do desenvolvimento em condições periféricas.

1.6. Regime “aberto” e “fechado”: a visão de Furtado quanto ao golpe militar de 1964

Quando estudamos e expomos ideias e teorias realizadas por Celso Furtado sobre desenvolvimento logo analisamos pensamentos voltados para o campo econômico. É fato que o centro de suas pretensões passam diretamente pelo campo econômico, e que suas intenções voltavam-se para o estudo e aprimoramento de caminhos que pudessem levar um país periférico como o Brasil para uma posição, senão de destaque no cenário internacional, para um provável desenvolvimento que culminasse no desenrolar de melhores condições de vida. A partir desta consideração, buscamos na obra do autor esclarecimentos sobre o que pensava acerca do golpe de 1964, o ponto de inflexão do trabalho. É necessário tal posicionamento visto que mesmo com a mudança da matriz política no Brasil, um projeto de nacional desenvolvimentismo foi colocado em prática, sendo assim é necessário saber como a alteração do comando político e a perda da democracia poderia afetar o futuro econômico e social da nação a partir da visão de Furtado. Além da ligação com os objetivos da dissertação, que divide seu tempo cronológico a partir deste evento da história nacional, buscamos averiguar as alterações teóricas na obra do autor estudado, e é necessário demonstrar as ideias de Furtado quanto a importância do tipo de regime político praticado no país. Ainda neste primeiro capítulo, observamos que em sua vida pessoal houve alterações, tendo sido, inclusive, sido

cassado sua posição como Superintendente da Sudene, e também acabou por exilar-se logo nos primeiros tempos após o golpe de 1964.

O que chamamos de “regime aberto” é o período da história brasileira em que houve democracia no período posterior a segunda guerra mundial, mais precisamente entre os anos de 1945 e 1964, logo após o término do governo ditatorial de Getúlio Vargas. “Regime fechado” é a data que se inicia logo após o golpe de 1 de abril de 1964, que perduraria por praticamente duas décadas, caracterizando-se pelo método antidemocrático. Não buscaremos definir conceitos sobre democracia e ditadura, tampouco investigar os motivos dos acontecimentos e a conduta dos diversos personagens envolvidos no fato. O interesse do estudo é compartilhar a visão de Furtado sobre democracia e sua importância para o processo de desenvolvimento em curso no país, como isso poderia ajudar ou atrapalhar, ao mesmo tempo em que altera sua forma de interpretar e faz com que promova mudanças em suas teorias e observações sobre a questão do desenvolvimento em sua obra.

O alcance do desenvolvimento e o arranjo político democrático, para Furtado, possuem ligações indissociáveis. A democracia e seus valores, como por exemplo, a livre participação de atores sociais é parte estruturante para almejar a condição de país desenvolvido, conforme atesta Cepêda³³:

Das teorias que emergiram nos anos 50/60, a proposta de Furtado é a única na qual o cruzamento entre política e economia não assume um caráter meramente instrumental. Ao contrário, a democracia e a organização dos diversos atores sociais é parte estrutural do desenvolvimento econômico e do sonho do desenvolvimento nacional. Valores como participação, democracia, racionalidade e disputa (tão ausentes da maioria da produção intelectual nacional) são incorporados e utilizados como elementos que combinam, de fato, a modernização econômica com a modernização social e implicam numa aposta de projeto de futuro mais humano e com equidade social. (CEPEDA, 2012).

³³CEPEDA, V. Celso Furtado e o desenvolvimento: a tensão entre capital e trabalho em arranjo político democrático. 2012.

Através desta convicção, buscou repartir com a sociedade sua visão com a escrita de um livro especificamente voltado para explicar seus motivos em crer nesta análise, chamado “Dialética do desenvolvimento”³⁴. Esta intenção explicativa da obra citada é contada em um de seus livros de memórias, intitulado “A fantasia desfeita”³⁵. Nesta obra, Furtado realiza uma análise das ideias colocadas na primeira obra citada, refletindo sobre os motivos que o levaram a escrever, sendo os mesmos que os fazem crer que a democracia, e não regimes ditatoriais, sejam os mais indicados para liderarem processos de desenvolvimento. Tomando por base essencial do trabalho a própria reflexão de Furtado nessas duas obras, podemos apontar nas próprias palavras do autor a necessidade de um governo, em sua estabelecida relação com a sociedade civil, ter legitimidade, e ainda aponta a eficácia maior de sociedades que permitem a chamada “luta de classes”, termo marxista utilizado pelo próprio Furtado, visto que suas explicações que constam nestas obras foram feitas a partir de ideias originárias deste aporte teórico. Com a crescente luta de classes em uma democracia, mesmo com a existência da desigualdade social e econômica, há possibilidades maiores de soluções construtivas graças ao embate social, e o corrente aparelhamento do estatal para o atendimento das demandas conquistadas pelos povos não privilegiados:

As lutas de classes e o desenvolvimento das instituições políticas: Os padrões de organização social que resultaram ser mais eficazes, e vieram a predominar, provocaram a formação de classes sociais com interesses antagônicos e formas múltiplas de lutas de classes. A importância que tem os conflitos sociais no processo de introdução de inovações e de difusão de novos valores em uma cultura é hoje universalmente reconhecida.(...)Desde Aristóteles, sabemos que o poder público precisa de legitimidade e de eficácia para ter durabilidade. Reduzi-lo a simples instrumento de repressão da classe dirigente, como afirmou Engels, é deixar de lado o essencial. (FURTADO, 1989: 184)

Tomaremos como as características de um “regime aberto” tais apontamentos de Furtado, preocupado que estava com os rumos políticos que viriam a ser tomados pela nação em meados da década de sessenta. A sua preocupação tornou-se realidade, pois somado à

³⁴ FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

³⁵ FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

condição de “regime fechado” que apoderou o país, ou seja, condições políticas contrárias à descrita pelo pensador, com escassa participação social, falta de liberdade de expressão e outras perdas decorrentes do golpe tanta vezes citado, foi levado à cabo um projeto desenvolvimentista com anseios de levar o país a outro patamar econômico, porém os resultados apresentados foram diversos dos esperados por Furtado. O crescimento econômico alcançado tendo como reflexo negativo a concentração de renda e outros aspectos será devidamente explorado em capítulos posteriores, visto que faz parte do objetivo central da dissertação expor os obstáculos ao desenvolvimento na obra de Celso Furtado.

Para acentuar a intrínseca relação entre desenvolvimento e democracia apontado por Furtado em sua obra, o mesmo sintetiza:

O regime democrático permite o desenvolvimento das tendências divergentes das sociedades de classes surgidas do capitalismo industrial, e que permite encontrar solução construtiva para conflitos engendrados por essas divergências (FURTADO, 1989: 185).

A partir da apresentação destas preferências do autor, concluímos que a ditadura militar concretizada a partir de abril de 1964, era contrária às teorias e ideias de desenvolvimento para o Brasil esboçadas pelo autor estudado, sendo assim, o motivo central da escolha do evento para marcar como ponto de inflexão no estudo, divisor das fases da obra do autor, e estruturador do trabalho. No capítulo a seguir, desnudaremos os obstáculos ao desenvolvimento escritos por Furtado na primeira fase de sua obra.

**CAPÍTULO II – OS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA
PRIMEIRA FASE DA OBRA DE CELSO FURTADO**

No capítulo anterior, buscamos apresentar uma breve explicação do trajeto teórico do desenvolvimento na economia, desde as implicações clássicas, atravessando o campo neoclássico até chegar às teorias que colocaram em pauta as afirmações liberais. Notadamente, Furtado se insere no âmbito contrário a tais afirmações, como pudemos observar em seu trajeto acadêmico e também profissional, colocando-se contrário ao pensamento do desenvolvimento nato nos países periféricos, assim referenciados após a Teoria Centro Periferia. Sob este caráter, Furtado em sua primeira fase produziu textos que buscaram construir ou contribuir para uma Teoria do Subdesenvolvimento, explicando os reais motivos do contraste existente entre os países contidos na periferia e aqueles que gozavam de posição central.

O segundo capítulo tratará da fase pré-golpe, utilizando obras que foram selecionadas e colocados os obstáculos apontados por Furtado, lembrando que este período equivale à sua fase construtora de uma Teoria do Subdesenvolvimento, em que elenca diferentes obstáculos dos apresentados futuramente, este outro objetivo da dissertação, apontar as diferenças de posicionamento do autor, ou resignificações dentro de sua obra, forçadas pela configuração que tomou a realidade do país. Dentro do período que vai de 1946 (data de sua primeira publicação, “Contos da Vida Expedicionária – de Nápoles à Paris”) até o ano do Golpe, Furtado publicou doze livros. A escolha para a realização do trabalho recaiu em dois títulos, que apontam justamente para a construção da Teoria do Subdesenvolvimento, que envolve uma leitura do autor da realidade brasileira. Os livros são “Perspectivas da econômica brasileira” e o clássico “Formação econômica do Brasil”.

A ordem cronológica de suas primeiras edições será respeitada na análise durante o capítulo, sendo o primeiro livro citado lançado em 1958, e o segundo em 1959. Os motivos para a seleção das obras, além do já citado momento de construção da teoria do subdesenvolvimento por Celso Furtado, é do perfil descritivo da estrutura agrária que

comporta especialmente “Perspectivas da economia brasileira”. Esta característica da formação brasileira é destacada por Furtado de forma incessante em seus livros, e possui nestas obras um aprofundamento que vem de encontro aos objetivos da dissertação. Outra razão para a escolha de “Formação” consta de sua importância para a história do pensamento brasileiro, visto que figura entre os clássicos para o entendimento da formação da economia nacional. Buscaremos na análise dos dois livros emoldurar os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, sempre recordando que o período de lançamento, e a conjuntura sobre qual escrevia Furtado, era de um país pré golpe de 1964, e em suas obras falava de uma nação em transformação desde o início do processo de industrialização iniciado na década de 1930. Portanto, Furtado descreve muito sobre o abandonar de estruturas arcaicas para o encaixe do Brasil em uma nova realidade industrial, em uma obra elucidando a formação, em outra escancarando as perspectivas.

2.1. Perspectivas da economia brasileira (1958)

Em “Perspectivas da economia brasileira”, conforme explicado na apresentação do mesmo, são textos de “conferências pronunciadas no segundo semestre de 1957, no “Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico” (FURTADO, 1958: 8), promovido pela CEPAL, e traz relatos sobre as condições econômicas do país para alçar voos mais prósperos. Para tanto, Furtado discorre acerca das Estruturas nacionais, particularmente a agrária, que viria a se tornar uma tônica em seu discurso.

O que torna a estrutura agrária brasileira o foco principal da análise de Furtado é a forma como a área produtiva é ocupada, bem como o formato da empresa e a matéria prima plantada. Somado a estes pontos, o comércio realizado excluindo preocupações para com o abastecimento do mercado interno de alimentos começa a caracterizar o problema da estrutura agrária brasileira para o autor nordestino:

A agricultura de exportação, pelo fato mesmo de que é negócio altamente lucrativo, interessou aos bancos, a grandes empresas estrangeiras, e logrou organizar-se em bases até certo ponto racionais.

A agricultura ligada ao mercado interno, com exceção de poucas regiões do país, permaneceu em formas arcaicas de organização que caracterizam as regiões pré-capitalistas. A incapacidade da agricultura para responder à procura crescente de alimentos nas zonas urbanas constitui verdadeiro entrave ao desenvolvimento industrial. (FURTADO, 1958: 19)

As implicações que este modelo traz à economia e sociedade brasileira acabam por serem maquiadas devido à alta rentabilidade alcançada pelo modelo, mesmo que traga malefícios sociais e também econômicos a longo prazo, ensejando a desigualdade e o abastecimento precário de produtos agrícolas de consumo perecível nas cidades brasileiras que ganhavam importância no novo cenário urbano nacional. Furtado descreve no livro a estrutura agrária brasileira como um empreendimento capitalista extensivo voltado apenas para o mercado externo, em que pesa a dubiedade de latifúndios altamente lucrativos e socialmente prejudiciais com minifúndios improdutivos, não capitalistas, sendo espaço de culturas de subsistência. Desde os primórdios da ocupação terrestre no Brasil pelos portugueses, o direcionamento dado ao modo de utilização do solo para a agricultura que transformar-se em algo rentável passava pelo modelo de monocultura extensiva, iniciado com a exploração da cana-de-açúcar no nordeste e chegando aos anos 1950, no qual Furtado escrevia, na ocupação pelo café de terras no sudeste. Dessa forma, as desvantagens sociais do modelo de ocupação e exploração territorial faziam notar-se para Furtado, elucidando que a desigualdade arraigada na realidade nacional tinha como ponto de nascimento a estrutura agrária. A extensão da empresa agrícola não produzia necessariamente riqueza para os que nela trabalhavam. A pouca tecnologia empregada configurava-se em outro ponto nevrálgico da estrutura agrária, fazendo com que o valor agregado do produto fosse baixo, sendo assim, o ganho dos trabalhadores rurais tendiam a acompanhar este baixo valor. Mais do que acompanhar, ajudavam a ditar o baixo custo da produção, porém, em larga escala e submetendo-se ao mercado externo, os ganhos para os proprietários apareciam na grande quantidade de terra empregada como capital. A alta produtividade da terra estava ligada não à tecnologia e à capacidade dos trabalhadores de utilizar mecanismos que lhe permitiam aumentar a renda, mas sim à extensão das empresas. Para aumentar a produtividade necessitava de aumentar a área ocupada, a quantidade de pessoas trabalhando por baixos rendimentos, mas não o desenvolvimento das tecnologias ocupadas na empresa, tampouco o salários dos trabalhadores rurais.

Em períodos de grande procura internacional, com comércio em alta, a solução era aumentar o tamanho da plantação, desocupando a já pouca área utilizada para plantio de alimentos voltado ao mercado interno ou de subsistência dos trabalhadores. Na outra ponta do problema da ocupação terrestre encontram-se os minifúndios produtores de alimentos para subsistência ou para o abastecimento do mercado interno. O próprio fato de ser apenas algo movido para subsistir uma população caracteriza equívoco. A afirmação não contém julgamento no sentido de pensar a ocupação do território para plantio de alimentos como algo que não deva ocorrer, porém, se o caráter do local não for para que seu proprietário mire acumulação de capital para o desenvolvimento e aproveitamento de novas tecnologias, irá fadar o local a permanecer somente como algo a produzir subsistência, e repetirá o fenômeno encontrado nos latifúndios, ou seja, produtividade ditada pela quantidade disponível de terra e mão de obra barata, sem emprego de tecnologia que enobreça o valor dos salários e, por conseguinte, do produto, além de baixa tecnologia prover baixa produtividade, operando em pouco abastecimento urbano. Os minifúndios, portanto, são improdutivos no sentido de lembrarmos a teoria do desenvolvimento abordada no primeiro capítulo, em que o motor primeiro do desenvolvimento é o crescimento, para o redirecionamento, ou inversão, do capital em novas tecnologias que aumentem a produtividade, a receita e o salário do trabalhador, garantindo maior tecnologia embarcada no preço do produto final.

Graças a estas condições, de extremo valor para os poucos proprietários de terra, e ínfimas condições para muitos trabalhadores rurais dependentes da situação, produzem aspectos que conduzem à baixa oferta de alimentos, pois os latifúndios não os produzem reservando lugar apenas às monoculturas exportadoras. Os minifúndios, sem expectativas ou recursos e técnicas para a produção de alimentos, são conduzidos à baixa produtividade, conseqüentemente à oferta inelástica de alimentos, causando preços altos, ao mesmo tempo em que empurra o valor base do salário do trabalhador rural para baixo. Portanto, a produção da agricultura brasileira era totalmente voltada para a exploração do mercado externo, não havia desenvolvimento de culturas que regessem seus interesses para atender demandas do mercado interno, mesmo que este estivesse em franca expansão devido a recente industrialização, que iniciou a urbanização em massa da população brasileira.

Além de tais aspectos, o obstáculo que a estrutura agrária impõe ao desenvolvimento do país está no papel que deveria desempenhar na inserção da indústria. Sem oferta de alimentos não há como atender a crescente demanda urbana, causando entraves ao desenvolvimento industrial, conforme explica o próprio Furtado:

Ao crescer a população urbana ocupada nas indústrias e serviços afins, cresce a procura de alimentos mais que proporcionalmente, pois esta gente está armada de um poder de compra muito maior do que aquele de que dispunha quando se encontrava no campo. Ora, essa procura crescente de alimentos se depara com uma oferta muito inelástica, pois em grande parte da agricultura ligada ao mercado interno ainda prevalecem formas de organização pré-capitalistas. A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno, é em grande parte responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio interno que se observa no país. (FURTADO, 1958: 18)

Esta descrição da estrutura agrária brasileira se repetirá por várias obras, especialmente na fase sobre a formação econômica do Brasil e suas possibilidades futuras. Furtado considera primordial a alteração do formato da estrutura agrária para que o país consiga alçar voos econômicos industriais e também mais igualitários, além de ensejar um problema de abastecimento e custo de alimentos para populações urbanas.

Outro ponto crucial abordado em “Perspectivas da economia brasileira” é a necessidade de o Brasil produzir bens de capital, ou seja, sua capacidade autônoma de produção, sem importar os equipamentos, para ter o setor industrial como elemento dinâmico (FURTADO, 1958: 29) do crescimento econômico, e não a agricultura. A industrialização substitutiva de importações seria umas das principais características e formas de países subdesenvolvidos deixarem para trás estruturas econômicas centradas no campo. Porém, para que isso ocorra, o então modelo primário-exportador deve ser alicerçado de maneira a aumentar sua participação no mercado externo, trazendo divisas que permitam o investimento na produção interna de bens de capital, que alavancariam o crescimento:

A verdadeira importância do setor industrial ainda é muito maior do que se depreende do nível relativo de sua produtividade. Não fosse o setor industrial, os impulsos de crescimento, que a economia recebe

do setor externo, teriam efeito muito mais reduzido. Observem-se, como caso extremo, os efeitos dos impulsos de crescimento produzidos na economia amazônica pelas exportações de borracha. Esses impulsos só teriam efeito permanente interno – não existindo um setor industrial – na medida em que estimulassem a expansão da própria atividade exportadora. (FURTADO, 1958: 30)

Apesar de toda sua crítica ao modelo agrário, a injeção de divisas devido à exportação pode provocar o início da industrialização do Brasil, através das importações substitutivas de materiais que ensejassem a industrialização do país.

A indústria como centro dinâmico da economia nacional, em substituição ao modelo primário-exportador deveria ser o principal objetivo, para tanto, organizar a estrutura do campo se torna vital. Se voltarmos no primeiro capítulo da dissertação poderemos relembrar da teoria faseológica do desenvolvimento descrita, sobretudo através de Rostow (1974). A iniciação do projeto industrial do Brasil respeitaria o processo definido pelo autor, e negaria as definições teóricas clássicas - liberais, visto que o abandono do seu caráter agrário em prol do desenvolvimento alicerçado na indústria negue a tese das vantagens comparativas. A imposição de outra forma de pensar no direcionamento da economia que propunha Furtado para o Brasil se torna cada vez mais claro, ser antiliberal no sentido do ensejo, do início do processo sem intervenção estatal. Essa afirmação consolida-se como um dos aspectos primários aventados neste livro. Partindo desta constatação, políticas de desenvolvimento são necessárias, pois mudanças estruturais não acontecerão de forma natural e sem planejamento, e mecanismos de crescimento terão que ser usados para o alcance das metas.

O desafio do desenvolvimento em condições periféricas requer o aumento da produção interna e crescimento do consumo precedido pelo da renda com conseqüente ascensão do mercado interno, estes seriam mecanismos necessários para a obtenção do desejado crescimento. O alcance das metas requer ajustes estruturais, entre eles o da integração do sistema econômico nacional, traduzido pela diferença existente entre as regiões brasileiras, entre Nordeste e Sudeste, a mais visível e profunda. Assim como a estrutura agrária, as diferenças regionais travestem-se de importância nas análises de Furtado e, em ambas, a cobrança do Estado como ator principal para as mudanças, através do planejamento de uma

política de desenvolvimento - *Uma política bem concebida de programação do desenvolvimento deve partir da verificação de que a economia brasileira não é um sistema integrado* (FURTADO, 1958: 52) - que inclui condições para que iniciativas privadas possam figurar na região, estimulando então o crescimento e integração da região, e não esperando que isso ocorra espontaneamente, conforme atesta no trecho: *A construção da infraestrutura, em região como o Nordeste, transcende a capacidade do investido privado* (FURTADO, 1958: 56).

No momento em que abordamos a questão da desigualdade regional e da infraestrutura agrária dualista, percebemos que a escolha da obra acerta as prerrogativas da dissertação no que concerne ao menos ao tema da desigualdade de renda, acrescida em sua gravidade pela desigualdade regional existente no Brasil, visto que a dissertação busca reconhecer em obras de Furtado o que ele considerava como obstáculos ao desenvolvimento em condições periféricas em períodos próximos, porém distintos da história brasileira. Todos os aspectos até aqui levantados por Furtado são interconectados. A estrutura agrária dúbia, capitalista lucrativa e improdutiva arcaica, estabelece conexão com a oferta inelástica de alimentos, que por sua vez transparece nos altos preços das mercadorias, atrapalhando a urbanização e industrialização necessária para as mudanças do centro dinâmico, que depende de um mercado interno insipiente, agravado pelos desequilíbrios regionais que aprofundam as diferenças de renda. O desequilíbrio causado pelas diferenças de renda entre as regiões são espelho da distinção de estruturas existentes em tais regiões. Enquanto no Sudeste há um aceleração da urbanização e industrialização, no Nordeste, uma das regiões mais pobres ao Sul do Equador, segundo o próprio Furtado, há a existência ainda mais latente da estrutura agrária latifundiária e exportadora, que beneficia poucos em detrimento de muitos.

É necessário a ação do Estado nas alterações fundamentais para o sobrepujamento do atraso, e é certo o questionamento de como realizar tais operações. Recursos para tanto devem ser advindos do esforço de poupança, ou seja, capacidade do país angariar fundos para os investimentos: *O primeiro passo para elevar a taxa de poupança consiste em criar condições que estimulem a poupança privada* (FURTADO, 1958: 46). E o caminho para que isso ocorresse, segundo o autor, não era a concentração de renda, tampouco o simples aumento de impostos sobre bens de consumo, e sim a melhoria na distribuição de renda. Porém, mais uma

vez, o desenvolvimento esbarraria nas condições do campo nacional, que enseja a concentração de renda:

A concentração de renda resultante da concentração da propriedade de terra é prejudicial ao desenvolvimento porque propicia o surgimento de estruturas sociais desligadas do processo produtivo e inclinadas a altos padrões de consumos. (FURTADO, 1958: 49)

A resposta, que não passava pelo aumento da taxa de impostos tampouco na concentração de renda para uma suposta divisão futura, viria na crença de uma ação participativa frontal, direta do Estado, através das incursões em empreendimentos lucrativos, como o petróleo. Seria o “desenvolvimentismo”, a empresa estatal, a solução proposta por Furtado, mesmo que flertando com o aumento do dispêndio público, uma maneira eficaz de angariar recursos para obtenção de poupança capaz de engendrar as mudanças estruturais cabais ao desenvolvimento. Furtado vincula os problemas levantados com a necessidade de uma reforma administrativa, que contribuiria para a delimitação da capacidade de desenvolvimento do país, mais especificamente a *adaptação do sistema fiscal-administrativo aos objetivos do programa* (FURTADO, 1958: 74).

Os problemas estruturais destacados por Furtado nesta obra vão além do modelo primário exportador, embora a esclareça de forma a delinear-se como o principal obstáculo. Porém, isto seria apenas o motor primário de consequentes desequilíbrios estruturais. Juntos ao problema estrutural agrário estão à incapacidade autônoma de produção que sustentaria o crescimento da industrialização e a colocaria como eixo central da economia brasileira, os desequilíbrios regionais desnudando a desigualdade social e econômica existente bem como a desintegração brasileira, denotando sistemas diversos dentro de um mesmo território e a incapacidade de poupança para reverter-se em construção estrutural, vinculada à incompetente estrutura fiscal-administrativa, instrumento responsável para a captação de poupança. Como atestado, todas são interdependentes e constituem uma relação de causa e efeito.

2.2. Formação econômica do Brasil (1959)

Após a investigação do livro apresentado, chegamos à análise de “Formação econômica do Brasil”, de 1959, um ano após a obra apresentada anteriormente. O livro que passou a ser considerado um clássico do pensamento nacional, é uma leitura do Brasil e de suas condições para o alcance do desenvolvimento econômico ao longo de sua história, delineando sua estruturação econômica, ao mesmo tempo em que busca apontar o quão limitador pode ser esta estrutura herdada dos tempos de colônia dos portugueses, mas pouco alterada desde a independência política do país no primeiro quarto do Século XIX. Como o objetivo da dissertação é desnudar quais são os obstáculos ao desenvolvimento apontados por Furtado em sua obra, a escolha de seu maior clássico, que remonta a construção do país, é julgada essencial para o aprofundamento e entendimento do fenômeno estrutural brasileiro.

Em “Formação econômica do Brasil”, é possível delinear uma análise que percorre todo histórico econômico nacional até a transição de uma nação em grande parte agrária, dependente de sua produção exportadora em larga escala de produtos tropicais, para uma nação industrializada e urbana. Será realizada uma síntese dos pontos mais importantes relatados por Furtado ao longo da obra, mas com mais afinco na parte final do livro, onde se encontra o período da história brasileira em que o país atravessa o abandono de seu caráter agrícola para ingressar definitivamente no mundo industrial. Não é mera escolha, mas condiz com a necessidade e objetivo do trabalho, que estuda os obstáculos apresentados para a dissipação do subdesenvolvimento, que conta como fator fundamental a industrialização. Portanto, estudar profundamente as características da fase econômica essencialmente agrícola brasileira não se faz necessário.

Devemos chamar atenção, porém, para o fato de ainda existir características fortes desta estrutura agrária primário exportadora no período que nos interessa, provado inclusive pelo apontamento repetido do problema por Furtado em sua obra. Entendemos que um

momento é distinto do outro. Enquanto até a década de 1930 a economia brasileira era inteiramente dependente do campo, independente de seu formato de exploração. A partir de tal data o eixo central para o crescimento e centralizador de investimentos passa a ser a indústria, mas o campo desempenha função ímpar neste processo, e sinaliza como um dos responsáveis pelo limitado índice de desenvolvimento acarretado no Brasil.

O alicerce da economia nacional passa por diversos momentos, sendo que em boa parte deles o território era uma colônia de Portugal. Antes de iniciar explicações e desnudamentos da estrutura econômica brasileira, Furtado busca diferenciar os modelos de ocupação territorial encontrados no Hemisfério Norte das Américas em comparação com as do futuro território brasileiro, respondendo à pergunta do porque na atualidade o país conhecido como Estados Unidos da América possui uma realidade tão diversa da encontrada no Brasil. Obviamente que não se encontra toda a resposta na análise da colonização diferente ocorrida, mas denota forte argumento, oferecendo suporte para que toda uma mentalidade e forma de se organizar e viver surgiu pelas terras do norte, então colonizadas pelos ingleses. Ao contrário do ocorrido no Brasil, em que Portugal engendrou uma empresa açucareira para exploração comercial, com o intuito inicial de preservar o território – segundo Furtado não havia outra saída, devido ao alto custo para a manutenção do imenso território somado à falta de recursos dos europeus – nas terras do norte a colonização deu-se pelo caráter de povoamento, ou seja, não ocorreu de início exploração capitalista pela metrópole, que permitiu a habitação do território por famílias que engendraram um sistema agrário preocupado em atender, sobretudo a demanda interna, e não a produção de artigos para exportar à Europa e outros mercados³⁶. Porém, um território ao Norte obedeceu à prática similar ao que ocorreu no território ao Sul, o surgimento nas Antilhas (América Central) de empresas açucareiras concorrentes.

³⁶ A colonização de povoamento que se inicia na América no Século XVII constitui, portanto, seja uma operação com objetivos políticos, seja uma forma de exploração de mão-de-obra européia que um conjunto de circunstâncias tornara relativamente barata nas Ilhas Britânicas. Ao contrário do que ocorrera com a Espanha e Portugal, que se haviam visto afligidos por uma permanente escassez de mão-de-obra quando iniciara a ocupação da América, a Inglaterra do Século XVII apresentava um considerável excedente de população, graças às profundas modificações de sua agricultura iniciadas no século anterior. Essa população sobrando, que abandonava os campos na medida em que o velho sistema de agricultura coletiva ia sendo eliminado, e em que terras agrícolas eram desviadas para a criação de gado lanígero, vivia em condições suficientemente precárias para submeter-se a um regime de servidão por tempo limitado, com o fim de acumular um pequeno patrimônio. (FURTADO, 1977: 21)

Com a exploração da cultura da cana-de-açúcar definida como atendente das vontades da metrópole, nasce o sistema econômico no Brasil, mais precisamente no Nordeste, apoiado no trabalho escravo. E já em sua gênese pode-se perceber a estrutura agrária que Furtado descreveria ao longo de sua obra: latifúndio exportador, parca produção de alimentos e inexistência de mercado interno. Com o exclusivo interesse de produzir para o mercado externo e atender a vontade da metrópole, não houve preocupações quanto á qualidade da ocupação do solo, o que ajudou a comprometer e engendrar a estrutura agrária e habitacional local. A “Zona da Mata” (Atlântica), local de terras férteis, foi ocupada pela produção da cana-de-açúcar, e a população foi empurrada para o semiárido, também utilizada para culturas de subsistência e pasto para gado. Dessa forma, uma economia precária se formou na região, já que suas áreas férteis haviam sido ocupadas pela empresa primário-exportadora capitalista, baseada na mão de obra escrava. Com a crise açucareira (fim do Século XVII), aguçada pela concorrência antilhana, a economia do Nordeste que era toda centrada nesta cultura ruiu, relegando ao local a realidade de um sistema econômico pré-capitalista, sem produção ou mercado interno, com habitantes voltados para a própria sobrevivência em condições de vidas precárias em um território hostil.

O segundo momento destacado na obra é o povoamento das regiões meridionais do Brasil durante o Século XVIII, bem como a mudança do eixo econômico do Nordeste e as empresas açucareiras para a mineração, ainda sob o espectro do trabalho escravo. Mais uma vez, a ausência de um mercado interno, bem como o atrofiamento da economia, possibilitou o aumento da subsistência. Até aqui, percebemos a montagem de duas características apontadas por Furtado como ainda presentes na realidade nacional, a ausência de mercado interno, a má exploração territorial devido a estrutura agrária, que não ativa a produção de alimentos de uma maneira rentável e a desintegração regional, onde futuramente resultará nas diferenças econômicas e sócias profundas entre um local e outro.

Após ambos os períodos relatados, o Brasil transgride do trabalho escravo para o assalariado, sendo esse o principal destaque de uma economia transitória, que havia “abandonado” seus antigos sistemas econômicos, explorados até que sucumbissem. A cultura do café, a partir de meados do Século XIX, iniciou a retirada do país da estagnação em que se encontrava agora no eixo territorial Rio de Janeiro - São Paulo. Além de monopolizar o

sucesso econômico manteve as características dos modelos anteriores de exploração do mercado externo e ocupadora da estrutura agrária de forma arcaica. Ao lado das potencialidades econômicas centralizadoras, o café usufruiu da chegada da República, e fomentou a nova estruturação política nacional, com os grandes proprietários servindo de instrumentos de poder, ao mesmo tempo em que gozavam de oportunidades e postos políticos locais que os ajudavam no controle social e manutenção do *status quo*. Esta realidade, que permaneceu no poder de fins do Século XIX até meados da década de 30 do Século XX, ficou conhecida como “Coronelismo”³⁷, dominante no cenário político, social e econômico nacional.

Após décadas de domínio e dependência do café, crises acentuaram a necessidade da derrocada da agricultura como esteio da economia de um país que lograva o desenvolvimento. Porém, o legado de ao menos três ciclos econômicos (exploração de cana de açúcar no Nordeste, mineração no Centro e Café no Sul) foi a má estruturação agrária, voltada para o mercado externo, a desintegração nacional, sistemas econômicos diversos, insipientes ou inexistentes dentro de uma mesma nação, além de uma massa populacional relegada a segundo plano, gozando de condições de vida pré-capitalista, em face de um reduzido grupo de proprietários beneficiados pelas condições agrícolas. Neste cenário urge a chegada da indústria como novo centro dinâmico da economia nacional. A Revolução de 1930 representa mudanças, tanto no campo político com a queda da chamada “Política dos Governadores”, quanto no econômico, visto que o café aos poucos deixou de ser o sustentáculo do Brasil, transitando para a industrialização seu meio de crescimento e desenvolvimento.

De forma sumária, Furtado apresenta no livro as etapas por qual o desenvolvimento do Brasil atravessou ao mesmo tempo em que apontou os obstáculos para uma melhor condição. As etapas do desenvolvimento em condições periféricas, de forma geral, iniciam-se com os grandes empreendimentos primário-exportadoras apoiados no trabalho escravo e no latifúndio, depois transitam para o trabalho assalariado, porém, herdaram toda a estrutura agrária, política e social dos tempos anteriores, para então posteriormente conhecerem a mudança do centro dinâmico, saído da agricultura e exploração do mercado externo, para a industrialização e

³⁷ Para aprofundamento do entendimento do termo consultar: FAUSTO, B. *História do Brasil*. Editora USP. 12ª Ed. São Paulo, 2006. LEAL, V. *Coronelismo, enxada e voto*. Editora Alfa-Ômega. 1ª Ed. São Paulo, 1949.

necessidade de cultivar, fazer crescer e explorar o mercado interno. A dificuldade nesta última transição é justamente o encontro das formas econômicas de subsistência com a necessidade da industrialização em um país sem mercado consumidor, que não possui recursos para a importação de maquinário para engendrar sua própria indústria, pois o mercado externo para produtos agrícolas atravessa crise, acentuada pela disparidade nos níveis regionais de renda.

O relato neste considerado clássico brasileiro denota mais uma vez a estrutura primário-exportadora latifundiária como principal artefato do subdesenvolvimento periférico, acompanhado das consequências que traz como a não formação do mercado interno, disparidades regionais e impossibilidade para investimentos autônomos na industrialização. Durante a publicação da obra “A pré-revolução brasileira”³⁸, Furtado já desempenha a função de Superintendente da SUDENE, e está diretamente convivendo e preocupado com as desigualdades regionais e disputas de poder político por qual atravessava o Brasil. A intenção da Sudene, segundo o próprio Superintendente, é a construção de uma nova economia do Nordeste, minimamente preparada para inserir-se ao restante do sistema econômico nacional, buscando romper com os desequilíbrios acentuados existentes entre o Sudeste e o Nordeste³⁹:

A ideia central era produzir um documento que contivesse uma explicação do subdesenvolvimento do Nordeste visto como região de um país, o Brasil, subdesenvolvido. Era necessário, portanto, apresentar o que na época se chamava de diagnóstico de problemática regional, o que serviria de base para a formulação do que eu pretendia chamar de “nova política de desenvolvimento” para a região. O mais difícil era o diagnóstico – entender esse subdesenvolvimento em segundo grau que ali se configura. Em seguida, apresentaria as linhas gerais de uma estratégia de ação, cujo objetivo último era deter a degradação da economia e incorporar a região ao processo de desenvolvimento então em curso no Centro-Sul do país. (FURTADO, 1989: 40)

O conteúdo das obras apresentadas tem por pano de fundo histórico toda a trajetória de Furtado como integrante da CEPAL, na Superintendência da SUDENE e como Ministro do governo João Goulart em sua ronda final, antes do exílio político durante o período militar. Ao

³⁸ FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

³⁹ FURTADO, C. *fantasia desfeita*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 40.

interpretar a situação brasileira, Furtado buscava responder ao porque da não superação do atraso brasileiro mesmo após a industrialização iniciada mais fortemente em meados dos anos 30. Começa delineando a estruturação econômica brasileira com o intuito de oferecer respostas, não satisfeito com explicações clássicas que apontavam as “vantagens comparativas” do livre mercado como uma espécie de destino traçado para os países primário-exportadores dependentes do mercado externo. Os anos de 1958 (ano da publicação do primeiro livro abordado pela dissertação) a 1964 (data do golpe militar) foram entremeados por importantes acontecimentos da história brasileira, e Furtado pode escrever enquanto participava ativamente das ações necessárias para o aprofundamento de crises ou perseverança das chances de desenvolvimento do país. Usando o método histórico-estrutural foi capaz de analisar o passado nacional para desvendar o presente, oferecendo também soluções para as gerações seguintes. Na finalização deste capítulo competem indicarmos quais foram os obstáculos estruturais ao desenvolvimento encontrados por Furtado neste conjunto de livros selecionados, que são parte de sua extensa obra.

Indubitavelmente a questão da estrutura agrária é o ponto nevrálgico das causas do subdesenvolvimento brasileiro, abordado sempre, destacando seu formato híbrido de latifúndios exportadores com minifúndios improdutivos não capitalistas, que resultam em baixa oferta de alimentos, tecnologia arcaica e salários ruins no campo. Os obstáculos listados a seguir são o insuficiente mercado interno não existente antes da industrialização, causado pela baixa renda da população brasileira; as diferenças regionais e o desequilíbrio de renda; a má estrutura administrativa e fiscal, agravantes para a questão de captação e aplicação correta de recursos para a construção de infraestrutura e aumento de investimentos na industrialização. E por fim, a estrutura política conservadora e combativa às mudanças sociais de fins dos anos cinquenta e começa dos anos sessenta, agravados pelo golpe militar de 1964 e a instalação de modelos econômicos diversos dos insinuados por Furtado, intensificado negativamente pelas instituições políticas não democráticas instaladas ao longo de duas décadas.

Veremos a seguir as análises concentradas em outro período histórico e do pensamento de Furtado, para averiguarmos quais são os apontamentos feitos pelo autor a partir da tomada do poder pelos militares, inserto em uma realidade diferente da apresentada até aqui.

Encerrado este próximo passo, colocaremos as conclusões paralelamente, para promover comparações que servirão de base em busca da resposta proposta pela dissertação, quais são os obstáculos impostos ao Brasil para o alcance do desenvolvimento.

CAPÍTULO III – A SEGUNDA FASE DA OBRA DE FURTADO: O DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA

O Brasil a partir de 1964 passou a conhecer um panorama político distinto das duas décadas anteriores. Embora um governo autoritário, não eleito diretamente pelo sufrágio popular, não fosse novidade na República, os efeitos sobre a sociedade, política e economia dessa nova parte na história do país provocariam mudanças pelos próximos vinte e um anos, até o término da “experiência”, em 1985. Porém, dentro dos espectros destas mudanças a ideologia desenvolvimentista na economia continuou a galgar espaço, e a ser colocada em prática pelos novos mandatários do país. Mesmo sendo um destacado pensador da escola desenvolvimentista, Furtado não escapou do exílio, e, mesmo longe da terra natal engendrou em sua obra críticas ao modelo de desenvolvimento econômico escolhido pelos militares e sua equipe, ladeada pelas características antidemocráticas impostas à sociedade ao longo das duas décadas de predomínio. A conjuntura internacional vivia o auge da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, que impunham litígios entre as nações do globo sob a alçada de dois blocos, capitalista ou comunista. A integração a um dessas duas frentes era algo cabal para o futuro dos países, e o Brasil manteve-se ao lado dos Estados Unidos. Para o interesse da dissertação, que estuda a obra de Celso Furtado, levaremos em consideração e importância o que o pensador colocou a respeito do evento, exposto no primeiro capítulo, suas opiniões acerca da importância de um regime democrático para o alcance do desenvolvimento. O tema foi nomeado entre regime aberto e regime fechado, sendo o último o objeto deste capítulo.

Os obstáculos ao desenvolvimento listados no primeiro capítulo partem da Teoria do Subdesenvolvimento, sua participação na Cepal e na Sudene, e promove a infraestrutura agrária herdada dos tempos coloniais como passo primeiro das condições contrárias existentes no Brasil. Dessa situação saltam outras que trazem consequências como a estrutural híbrida da economia nacional, a crescente diferenciação econômica entre as regiões, ausência de mercado externo, fruto do modelo primário-exportador vigente resultando na incapacidade endógena de promoção da industrialização, que seria o ponto nevrálgico da necessidade do nacional desenvolvimentismo. O cenário de fundo do terceiro capítulo e segunda fase furtadiana é outro. O regime político é alterado, assim como o caráter urbano passa a dominar

o país. Dentro desta perspectiva, Furtado apontará motivos distintos para o não alcance do desenvolvimento brasileiro, e como isto vinha sendo paulatinamente banido das possibilidades futuras.

3.1. A segunda fase furtadiana ou o período pós golpe de 1964

Os apontamentos de Furtado ao longo das obras selecionadas⁴⁰, que se iniciam na segunda metade da década de sessenta e avançam ao longo dos anos setenta, criticam pontos distintos dos selecionados anteriormente porém derivativos. Dentre os aspectos que serão aprofundados no terceiro capítulo estão reflexões sobre a alta taxa de concentração de renda existente no Brasil, a ascensão de grupos internacionais dominantes na econômica em face do Estado (mesmo que o nacional desenvolvimentismo tenha sido uma marca dos militares), a dependência externa, a falta de progresso técnico e a inadequação das instituições políticas para um momento de crescimento econômico, engendrando a concentração em detrimento da divisão dos benefícios alcançados. No rol de inadequações apresentados pelo autor figuram ainda a imposição cultural do centro, visto que os padrões de consumo de países como os Estados Unidos passam a ser cobiçados e incentivados pela crescente classe média e alta que surgem em partes do país, fruto de uma industrialização diferente da que ocorre no centro, que ajuda a aumentar o fosso existente entre as nações centrais e periféricas. Estes são os principais pontos abordados ao longo do capítulo, sempre tendo a atuação do Estado como pano de fundo das possíveis alterações para o alcance do desenvolvimento em condições periféricas.

As obras escolhidas para ilustrarmos o terceiro capítulo são “O mito do desenvolvimento econômico”, de 1974, e “O Brasil pós-“milagre”, de 1981. O primeiro motivo atenta para o fato dos livros serem produzidos para diferentes razões. Enquanto o primeiro, de 1974 aborda o panorama econômico mundial para o período em que foi escrito, o segundo, de 1981, procura dar ênfase ao processo de desenvolvimento que ocorreu no Brasil, especialmente durante o período conhecido como “milagre econômico”, que se deu entre os

⁴⁰ *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo. Paz e Terra, 1974.
O Brasil Pós-“milagre”. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

anos de 1967 e 1973, quando o país apresentou expressivas taxas de crescimento econômico. Este período da história econômica brasileira era então saudado como algo excepcional, e Furtado coloca-se a analisar as causas e os frutos provenientes deste momento, porém, longe de tecer comentários elogiosos à opção de política de desenvolvimento posta em prática no Brasil. O segundo motivo é também ligado ao tempo em que foram escritos, um logo após ao fenomenal crescimento da econômica nacional, em que pese o fato do autor não abordar tal questão na obra. E o segundo livro, já na década de 1980, consegue obter uma visão com maior afastamento temporal, útil para a análise de maneira mais distante e com visão apurada dos efeitos negativos que o país começava a atravessar na década de 1980.

Em “O mito de desenvolvimento econômico” Furtado oferece ao leitor sua visão do sistema econômico mundial em meados da década de 1970, e pode-se observar seu posicionamento a partir da teoria centro periferia, pois seus ensaios são visivelmente carregados desta teoria já abordada na própria dissertação. As engrandecidas empresas multinacionais oligopolistas possuíam o poder central de decisões em detrimentos dos Estados Nacionais, fruto de anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, e decorrência do poder norte-americano no quadro então atual da Guerra Fria. Já em “Brasil pós-milagre”, Furtado coloca seu poder de análise no processo de crescimento e principalmente nos gargalos deixados pela política econômica que reverberariam na década de 1980, com início de crise ainda em meados da década de 1970. As críticas ao modelo são visíveis e deixa claro seu descontentamento e discordância para o que ocorreu e ocorria no Brasil, consequência do modelo de crescimento econômico posto em prática. Apesar de toda sua argumentação contrária, é fato que a economia nacional crescera, e neste ponto a obra é rica em dispor da percepção na mudança de seu discurso, característica que a dissertação busca apontar como um de seus objetivos. Porém, Furtado não abandona as suas convicções, e aponta os erros e possíveis soluções para os fracassos dos comandantes da política nacional em pleno momento de crise nacional. Será feita uma análise pontual de cada obra, buscando dissecar as principais características de cada livro, sempre aliciando os ideais descritos nos mesmos com os objetivos perseguidos na pesquisa. Primeiro abordaremos “O mito do desenvolvimento econômico”, tanto devido ao seu caráter de exposição da conjuntura do sistema econômico mundial, quanto à sua publicação anterior à “Brasil pós-milagre”, assim como pretende-se

primeiro saber como o autor entendia o cenário mundial, para depois compreender a realidade nacional.

3.2. O Mito do desenvolvimento econômico (1974)

Devido ao golpe de 1964, em que os militares brasileiros tomaram o poder, Celso Furtado foi exilado de seu país, tendo inicialmente passado um período nos Estados Unidos e posteriormente na Europa. Este livro é resultado destes primeiros anos em terras estrangeiras, onde refletiu acerca da nova realidade econômica mundial que se desenhava de forma mais concreta nas décadas de pós-guerra. Com a reconstrução da Europa ainda em andamento Furtado pode verificar o que chamou de crescente unificação do sistema capitalista, que ajudaria na expansão das diferenças entre as economias do centro e da periferia. O aumento do fosso existente entre estes países é também matéria de análise da obra, visto que esta é uma das consequências apontadas pelo autor deste novo cenário econômico mundial. Com o estudo desta obra não pretendemos nos afastar dos objetivos da dissertação, que é buscar nos argumentos de Furtado o que ele considerava como obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, mas esclarecer qual era a visão global do autor para então adentrarmos na especificidade nacional. O livro contribuirá para a busca destas respostas, pois oferece um forte vislumbre de considerações a partir da teoria centro periferia, pilar da análise furtadiana.

Há alguns pontos denotados desde o prefácio da obra, pontos estes que serão explorados ao longo das páginas, e merecerão especial atenção de Furtado, em sua explicação dos novos tempos por quais passavam as nações. A possível perda de soberania dos Estados Nacionais nas decisões e rumos econômicos foi prontamente apontada, colocando como novo protagonista da economia mundial as grandes empresas oligopolistas, cada vez maiores e poderosas graças ao avanço norte-americano como potência única do chamado Ocidente, em pleno curso da Guerra Fria contra o oriente comunista, comandado pela extinta União Soviética. Na esteira do crescente poderio do setor privado oligopolista, deu-se a explosão do mercado financeiro internacional, revelando cada vez mais a “intenção”, ou consequência da

tendência à unificação cada vez maior do sistema capitalista em torno de um “projeto mundial” que traria o desenvolvimento para as nações. Desenvolvimento este que fora buscado pelos países periféricos a partir de sua industrialização, iniciada décadas antes e postas a cabo ou em andamento. Apesar de realizado os esforços de industrialização e crescimento econômico, o desenvolvimento aos moldes de países Centrais ficou longe de ocorrer, e a crítica de Furtado a estas diferenças e improváveis resultados similares ao ocorrido no centro, é outro cerne do livro⁴¹. Com a teoria centro - periferia bem clara em seu método de análise, o autor mostra as diferenças entre industrializações realizadas em países centrais para com os países periféricos, ao mesmo tempo em que batiza como utópica a condição de pleno desenvolvimento destas nações separadas por estruturas produtivas e de crescimento frontalmente diversas. Na verdade, não rotula de utopia a busca pelo pleno desenvolvimento, mas classifica o alcance do mesmo como um mito, por isto o nome da obra.

O que Furtado nomeia como mito do desenvolvimento econômico é na verdade, segundo o próprio, um prolongamento do mito do progresso da sociedade, em que o ser humano busca sempre a melhoria de suas condições de vida. Fazer das boas condições de vida do centro um padrão mundial tornar-se-ia, portanto, o alvo do processo de industrialização levado aos países periféricos. Porém, o alcance, ou manutenção do padrão de vida existente nas sociedades europeias (nos países ricos do continente) e norte-americanas acaba por ser visto por Furtado como algo impossível de ocorrer, e tenta através de seu livro desmistificar que esta condição seja possível. Sendo assim, devemos acreditar a partir de suas conclusões nesta obra que o pleno desenvolvimento do Brasil, aos moldes conhecidos nos países centrais, nunca irá ocorrer:

A conclusão geral que surge dessas considerações é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países centricos, não tem

⁴¹ A rápida industrialização da periferia do mundo capitalista, sob a direção de empresas dos países cêtricos, que se observa a partir do segundo conflito mundial e se acelerou no último decênio, corresponde a uma terceira fase na evolução do capitalismo industrial. Essa fase se iniciou com um processo de integração das economias nacionais que formam o centro do sistema. (...) O movimento de capitais, dentro desse espaço em vias de unificação, alcançou volume considerável (principalmente dos Estados Unidos para a Europa Ocidental, mas também, em fase mais recente, em sentido inverso), o que permitiu que grandes empresas se implantassem em todos os subsistemas nacionais e também que as estruturas oligopólicas viessem a abranger o conjunto desses subsistemas. A formação, a partir da segunda metade dos anos 60, de um importante mercado internacional de capitais constitui o coroamento desse processo, pois permite às grandes empresas liberar-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais. (FURTADO, 1974: 26)

cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa a razão fundamental pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio e uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. (FURTADO, 1974: 74)

A quantidade de recursos já sorvido pelos países em décadas de avanço tecnológico, e o próprio consumo exacerbado de sociedades à frente economicamente falando, torna o processo de desenvolvimento da periferia prontamente limitado. Este pretense desenvolvimento da periferia apoiado na industrialização dos países, comandado não pelas diretrizes de seus Estados, mas sob a égide de grandes empresas multinacionais que preveem a chegada do progresso à novas sociedades, então obsoletas, segundo Furtado é na verdade o aporte do “imperialismo” norte-americano em busca de recursos naturais com resultados ruins para os países explorados, ou melhor dizendo, periféricos, que enfrentarão o processo de desenvolvimento imaginado pelos centrais. O impacto causado a estas sociedades não se resumem apenas aos danos ambientais e desigualdades sociais e econômicas engendradas pelo processo, mas também recai sobre a cultura destes povos a homogeneização de novos procedimentos e modos de vida, copiados dos centrais a partir da dominação e imposição de novos estilos de consumo, tidos como padrões a serem seguidos, como exemplos de comportamento de um novo tempo, reflexo de uma sociedade desenvolvida e em constante progresso técnico. Diante deste caráter predatório e pessimista da civilização, Furtado lança uma pergunta central para a discussão levantada pelo livro: *Que opções se apresentam aos países subdesenvolvidos, em face das tendências do sistema capitalista?* (FURTADO, 1974: 19); Em outras palavras, qual o lugar da periferia no capitalismo que se apresentava?

Furtado busca a resposta colocando em evidência a questão do poderio das grandes multinacionais em face aos Estados. Isso significa que um dos pilares furtadianos para o

processo de desenvolvimento obter sucesso, o poder de decisão e planejamento estatal, fica afetado diante o fortalecimento das instituições privados no controle dos capitais e do destino de nações que optaram pela industrialização como caminho óbvio para deixar para trás o subdesenvolvimento. Mas, o modelo de desenvolvimento através da industrialização para Furtado não contava, ou não previa, a subalternidade de decisões dos Estados frente à empresas oligopolistas que passaram a controlar a economia mundial. Esse modelo, de entrega do papel principal no processo de modernização à empresas, que fazem parte da estratégia de concentração de renda em uma elite, com o intuito de fazer crescer a economia com a expectativa futura de que benefícios serão futuramente repartidos e colhidos pela sociedade, ladeados por uma forte influência cultural na decisão de tornar certos costumes, modos e padrões de consumo do centro como estandartes para todas sociedades mundiais, será explorado no decorrer do capítulo, especialmente no segundo livro, “O Brasil pós-milagre”, em que Furtado discorre de forma mais profunda sobre este modelo estratégico adotado pelos militares. Por ora, Furtado busca evidenciar a estrutura do capitalismo na década de 1970.

A discussão sobre o papel dos Estados nos impulsos desenvolvimentistas cabe ao lembrarmos do processo de desenvolvimento dos países do centro até o Século XIX, quando os Estados foram figuras centrais. Ao mesmo tempo, ao falarmos da industrialização do centro, forçosamente avaliamos que a industrialização da periferia ocorreria de forma distinta, e isso é a forma como Furtado busca responder o papel dos países subdesenvolvidos nesta nova realidade do capitalismo. O autor lembra que no momento em que se inicia o processo de industrialização da periferia, em busca do desenvolvimento, ou da expansão do progresso do centro através dos países mais pobres, há um distanciamento, um alargamento das diferenças entre centro e periferia. Se a indústria é levada para os países que possuem suas economias voltadas essencialmente para a produção agrária, em busca de um incremento que possibilitaria o crescimento de sua economia, e futuramente a melhora na qualidade de vida da população, como então é possível afirmar que durante a instalação do parque industrial nestas nações subdesenvolvidas houve aumento do disparate econômico e social comparado às nações ricas do globo? A resposta está no tipo de industrialização, em como ela foi concebida e colocada em prática, em épocas completamente distintas e atendendo a interesses e demandas diferentes. Enquanto o Estado foi o promotor do desenvolvimento do centro, os

interesses empresariais dominariam na periferia, embora muitos dos governos, como é o caso do brasileiro, defendessem e usasse o argumento do nacionalismo como bandeira.

Se considerarmos, como o autor, o desenvolvimento como um processo em que há alto grau de crescimento e inversão de capital, para criar heterogeneidade tecnológica acessível à sociedade, com o fim de proporcionar bem estar às pessoas (FURTADO, 1974: 20), é necessário demonstrar que em momentos muito distantes e diferentes da história, houve a industrialização da periferia, mas que essa ficou longe de proporcionar o padrão de bem estar e consumo dos primeiros países a se industrializarem e conseguirem repassar à sua sociedade o sucesso da empreitada. Furtado reconta a história da industrialização periférica, desde a inicial substitutiva de importações, passando pelo embate contra as vantagens comparativas para finalmente aportar ao cenário em que escrevia na década de 1970. Furtado aponta uma terceira fase do capitalismo industrial, este liderado pelas grandes empresas, aproveitando-se da unificação de mercados e integração das economias centrais, prejudicando ainda mais o já inofensivo poderio das nações periféricas, um dos motivos pelos quais o fosso entre as duas realidades aumentou, ao invés de diminuir com a chegada do aparato industrial. Torna-se repetitivo alimentar a questão do poderio das grandes empresas em detrimento dos Estados, porém, o autor tratava a matéria como central na discussão, e o apontamento deste tema converte-se em um ponto estrutural para entendermos o porquê do não pleno desenvolvimento em terras brasileiras, um dos objetivos da dissertação. Portanto, esta nova estrutura econômica mundial, que fora formada no pós-guerra acompanha e ao mesmo tempo modula a homogeneização dos padrões de consumo ao redor do globo, inclusive tentando forçar estes mesmos comportamentos nos países periféricos, que no caso do Brasil, acaba por optar por um modelo de desenvolvimento que possui uma elite imitadora desta realidade. A integração econômica do pós-guerra foi, inclusive, a maneira encontrada para a reconstrução estrutural do sistema no cenário da guerra fria, restando aos Estados papéis distintos do que costumavam operar:

É possível que a tutela política norte-americana haja sido facilmente aceita pelo fato de que, no plano econômico, ela não se ligou a um projeto definido em termos de interesses norte-americanos: foi apresentada como um instrumento de defesa da 'civilização ocidental', o que, para fins práticos, se confundia em grande medida com a defesa do sistema capitalista. (FURTADO, 1974: 35)

A construção de uma nova infraestrutura, a modernização de suas instituições para o atendimento da população e a ampliação da força de trabalho foram as “tarefas” relegadas aos Estados, enquanto a economia era encabeçada pelo privado.

Como parte integrante dos objetivos da dissertação, visto que Furtado coloca como um obstáculo a capacidade de gestão da economia mundial sob os cuidados das grandes empresas, é necessário um maior entendimento do fenômeno, e como isto ajudou no aumento do fosso entre países centrais e periféricos durante a industrialização *sui generis* destes últimos. O fato dos países terem se industrializado não é a resposta para o aumento da diferença. Soaria estranha esta afirmação depois de toda defesa furtadiana em sua obra com relação ao abandono do sistema agrário como motivador central das economias subdesenvolvidas em favor da indústria, mas o problema encontra-se no formato em que foi realizado. E o formato e método com que foram aplicados têm ligação direta para com o fato das grandes indústrias liderarem o andamento dos acontecimentos. Furtado discorre sobre as diferenças existentes, listando primeiramente os motivos pelos quais o projeto de industrialização não ocorria, e posteriormente, reflete sobre o modelo colocado em prática. Segundo sua análise, antes não havia capitais suficientes para as nações bancarem os processos. Lembremos que no caso brasileiro, o fluxo de capitais provenientes do estrangeiro com a exportação do café acabou por financiar o início da industrialização, mas por tempo determinado e em ocasião da grande crise mundial durante a década de 1930, efeito negativo devido à quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. Porém, as “vantagens comparativas” da exportação do café não conseguiriam sustentar um projeto de industrialização devido ao alto custo da operação. Outro motivo listado por Furtado, a falta de acesso à tecnologia e o escasso mercado interno. Ou seja, um motivo é ligado ao outro. Se o Estado não possui recursos para engendrar a industrialização também não possui capital e acesso às tecnologias. O mercado interno por sua vez enfrenta o problema estrutural da economia, que no caso brasileiro é intrinsecamente ligado ao modelo primário exportador, da ocupação territorial e todos os malefícios causados pela herança colonial e subsequente domínio de elites ao longo do tempo, mesmo após a independência e proclamação da República. Sendo assim, reunindo estas características a instalação de um parque industrial nos países periféricos enfrentava grandes obstáculos. Mas, graças ao novo

cenário econômico capitalista mundial, de integração e poderio das empresas oligopolistas a realidade alterou-se em prol da industrialização, com um método que previa o drible destes entraves estruturais, mas criadores de outros focos de problemas que acabariam por levar países como o Brasil a sérias crises sociais e econômicas.

Como não se cria instantaneamente mercado interno, a solução para as grandes empresas financiadoras da industrialização foi a utilização de tecnologia sem uso no centro e já amortizadas, que se integravam a atividades importadoras na periferia. O capital para a implantação foi financiado pelo mercado financeiro crescente, aproveitador da situação de crescimento mundial e concentração e unificação dos mercados centrais em torno do objetivo de levar à periferia seu projeto de civilização progressista, em busca da modernidade e padrão de vida alto. A resolução da “criação de um mercado interno” veio com a decisão dos governos de investir na concentração de renda, na criação de uma elite em torno deste processo industrial crescente, que se beneficiariam da situação e alavancaria um novo padrão de consumo, similar ao do centro, sendo o catalisador de um mimetismo cultural. Esta engenharia será mais bem explorada na obra em que trata especificamente do Brasil, pois Furtado concentra-se em desbravar os acontecimentos que servem de exemplo cabal para o modelo de crescimento econômico centralizador de riquezas, em detrimento do desenvolvimento a partir do investimento em parques industriais que atendam demandas populares, e prezem pela criação do mercado interno não através da concentração de renda e disponibilização de crédito apenas, mas de distribuição da renda e reformas que possibilitariam as mudanças das estruturas agrárias e produtivas do país. Concluindo, a industrialização da periferia com sua opção de concentração de renda fez crescer as economias, mas também fez crescer a o fosso para com o centro:

Não havendo conhecido a fase de formação de um sistema econômico nacional dotado de relativa autonomia – fase que permitiu integrar as estruturas internas e homogeneizar as tecnologias -, as economias periféricas conhecem um processo de agravamento das disparidades internas à medida que se industrializam guiadas pela substituição de importações. (...) Ora, esse tipo de industrialização, que em períodos anteriores tropeçava com obstáculos consideráveis criados pela falta de capitais, pela dificuldade de acesso à tecnologia, pela pequenez do mercado interno, realiza-se atualmente com extraordinária rapidez, graças à cooperação dos oligopólios internacionais. Utilizando

tecnologia amortizada, e mobilizando capital local, as grandes empresas estão em condições de instalar indústrias na maior parte dos países da periferia, particularmente se essas indústrias se integram parcialmente com atividades de importação. (FURTADO, 1974: 43)

Todas estas considerações de Furtado buscam explicar o porquê do título do livro, em que afirma o desenvolvimento econômico das nações periféricas serem um mito, ou seja, o alcance de padrões de consumo e bem estar social nos mesmos níveis dos países centrais. Após sua análise acerca da estrutura do capitalismo mundial no período do pós-guerra, e partilhar de uma visão pouco otimista da relação entre os novos comandantes do sistema, as grandes empresas multinacionais, e os prováveis beneficiados, ou melhor, os receptores de sua industrialização, os países periféricos, o autor busca revelar as opções que estes mesmos países em busca do desenvolvimento possuem frente a esta dura realidade econômica. O avanço das multinacionais em territórios e mercados antes inexplorados deve-se justamente à procura por expansão mercadológica necessária para o incremento financeiro desses grandes grupos, que cada vez mais cresciam de importância e poderio. A partir desta constatação a chegada em países periféricos era acompanhada da procura por recursos naturais, escassos ou caros nas nações centrais, e sobretudo, estavam à procura da mão de obra barata dos trabalhadores, se comparado aos organizados europeus, por exemplo, com níveis salariais e de seguridade social garantidos por leis. É impossível pensar neste modelo sem lembrar-se da configuração que possuía o Estado brasileiro neste período de ditadura militar. A repressão das liberdades impostas à sociedade contribui para os interesses das multinacionais, na medida em que a modernização deve impor disciplina às massas trabalhadoras, sendo assim, contestações quanto ao modelo aplicado, de baixos salários combinados com uma estrutura produtiva amortizada, visando explorar o mercado nacional, são estritamente difíceis de serem feitos, garantindo a facilidade de imposição de um *modus operandi* das empresas que viriam a ser contestados somente em fins da década de 1970 e início da próxima, com os movimentos mais organizados dos sindicatos do ABC paulista. Para efeito de crescimento econômico baseado na concentração de renda e poderio das grandes empresas, esse recurso institucional soma-se perfeitamente aos objetivos perseguidos. O papel do Estado neste cenário é, portanto, garantir serviços básicos, a ordem jurídica e disciplinar as massas trabalhadoras (FURTADO, 1974: 60).

A exploração do mercado periférico pelas empresas oligopolistas obteve uma considerável contribuição do governo brasileiro. A industrialização do país foi encabeçada por estas organizações, com o aceite do governo federal, que acabaria por promover as condições ideais para o do modelo de exploração de recursos naturais e mão de obra barata. As teorias que defendem o golpe militar como um facilitador do imperialismo capitalista, sobretudo o norte-americano, possuidor das maiores empresas multinacionais do período, beneficiaram-se das condições política do periférico Brasil, e defendiam a proposta de um governo que providenciasse estabilidade política e que escolhessem este modelo de crescimento econômico, encabeçado não pelo Estado promotor do desenvolvimento, mas por empresas que com o apoio do governo promulgasse a concentração de renda e a criação de elites consumidoras propagadoras de um estilo de vida baseado na sociedade do centro.

O mito de que as sociedades periféricas possam alcançar o nível de desenvolvimento, portanto de consumo, das sociedades centrais permeia toda a obra, e fortalece cada vez mais a visão de que isso é impossível de ocorrer, através dos argumentos listados por Furtado ao longo do livro. Devido ao quadro estrutural do sistema capitalista, que engendra cada vez mais o fosso entre centro e periferia através inclusive da industrialização com características particulares deste último, somado à homogeneização e crescente união dos sistemas dos países centrais, reforça o posicionamento de impossibilidade estrutural de que nações subdesenvolvidas alcancem o desenvolvimento sonhado. Sendo assim, nesta fase de sua carreira, Furtado não mais centra força em dissecar a estrutura do Brasil e sua ocupação territorial, má formação do mercado interno e desigualdades na distribuição de renda, mas neste livro, especificamente, recai sua atenção para o sistema capitalista mundial, e como isso transforma as chances de sucesso do empreendimento industrial periférico em pouco provável. Ao final do livro, o autor continua a responder a questões que merecem reflexão. Em sua primeira fase, e até mesmo em sua obra “Teoria e Política do desenvolvimento econômico”, em que reflete sobre as diversas teorias, Furtado atrela o conceito de desenvolvimento ao de acumulação de capital e difusão do progresso técnico. No caso brasileiro, há, através da chegada das multinacionais, a diversificação do parque industrial e difusão do progresso técnico, porém não há desenvolvimento nos moldes centrais. A resposta à indagação é acompanhada de outra pergunta, que na verdade é o modelo de desenvolvimento focado na centralização de renda que provoca desigualdade social a responsável pelos malefícios da

industrialização ocorrida no Brasil. Fato que Furtado vem a repetir diversas vezes ao longo do livro. A exploração deste ponto será mais efetivamente abordada a partir do livro “O Brasil pós-milagre”, que viria a ser publicado no ano de 1981, mas é interessante observar que quase uma década anterior ao ano da publicação, e em pleno curso, ou fim do chamado “milagre econômico brasileiro”, Furtado já arguia sobre os pontos negativos da política de desenvolvimento adotada pelos militares no comando do governo brasileiro.

3.3. O Brasil pós “milagre” (1981)

Enquanto o livro estudado anteriormente foi escrito praticamente durante o período de crescimento da economia brasileira chamada de “milagre econômico”, e apresentava um panorama do sistema econômico capitalista mundial, a presente obra pode trazer reflexões de Furtado com um olhar realizado anos após o fenômeno, e também dispõe de um olhar exclusivo para a realidade brasileira e do plano político e econômico de desenvolvimento colocado em prática pelos governantes militares. Mais do que comentar o fenômeno do crescimento econômico brasileiro, o autor dispõe-se a apresentar as falhas e emoldurar críticas que refletiam ainda no início da década de 1980, período de graves crises financeiras no país, sendo até aclamada depois como a década perdida. A inclusão deste livro na dissertação prevê o aproveitamento do que tem sido tratado como uma resignificação dos apontamentos de Furtado para a impossibilidade do alcance do desenvolvimento econômico do Brasil. Se na obra “O mito do desenvolvimento econômico” Furtado dissecou o sistema internacional e a desigualdade entre nações através da industrialização da periferia feita de forma diversa à realizada no centro, somadas à unificação dos mercados e a universalização financeira, entre outros motivos abordados, em “O Brasil pós-‘milagre” Furtado discorre acerca dos legados no caso brasileiro. A desigualdade interna entre regiões e a divisão de renda são temas abordados e, apesar de todo o movimento nacional desenvolvimentista ocorrido para o estancamento do atraso tecnológico do país, o modelo escolhido pelos governantes não foi capaz de trazer o pleno desenvolvimento que a cultura capitalista almeja para seus cidadãos.

A dissertação aclama a segunda fase da obra de Furtado como uma releitura de sua teoria e ideias, em que pese a forma como o autor enxergava a possibilidade do Brasil desenvolver-se a partir da industrialização, corrigindo falhas estruturais. É um momento de resignificação e explicações devido o país ter alcançado a modernização através da industrialização, mas mesmo assim não ter obtido o desenvolvimento conforme previsto. As explicações são no sentido de dizer o porquê mesmo tendo sido industrializado, aparte reformas estruturais, o país não foi capaz de apresentar o nível de desenvolvimento almejado, embora apresentasse níveis de crescimento acima da média mundial entre os anos de 1967 e 1973, o período do “milagre econômico”. No momento da publicação da obra, em 1981, Furtado trás suas reflexões e respostas às perguntas realizadas, embutidos na crítica que faz ao modelo de desenvolvimentismo adotado.

Logo no início do livro o autor acaba por retomar algumas de suas observações características da primeira fase apresentada no capítulo anterior. Podemos colocar esta espécie de introdução, ou observação “pré-milagre” como uma tentativa de dimensionar o porquê da persistência do subdesenvolvimento da sociedade brasileira. Furtado chama atenção para o fato de a industrialização brasileira ter sido levada a cabo sem um alinhamento inicial da estrutura agrária nacional, e é aqui que há a retomada de argumentos amplamente abordados pelo autor ao longo da primeira fase de sua carreira. Ao rememorarmos a questão, não podemos perder de vista que este problema estrutural, além de ser um elemento condicionador de injustiças sociais, evoca problemas também na construção do mercado interno e produção de alimentos para o crescimento urbano que explodia em território brasileiro. A necessidade de organizar a produção agrícola vem na medida em que Furtado concluía que o crescimento da atividade agrícola nacional apenas em sua extensão, e não a partir da qualificação de aparatos tecnológicos. Mas esta temática inicial do livro não será seguida ao longo da obra, embora aparente ser um tipo de aviso ao leitor de que o próprio autor tinha escrito anteriormente, alarmando sobre as possíveis intempéries que a economia e sociedade brasileira pudessem enfrentar caso algo não fosse providenciado como solução para estes problemas. Outro ponto destacado inicialmente é o fato de o plano de crescimento econômico e industrialização colocado em prática não prever, ou não apoiar-se, em um modelo de divisão de renda, mas sim na centralização da renda em um grupo específico, esperando que a partir destes privilegiados, e o patamar de consumo padronizado por este grupo, espelhado no

patamar de países do centro, pudesse servir de referencial para um futuro com maior justiça social e econômico, no que diz respeito à divisão da renda.

Após esta breve introdução e lembrança de “avisos” ocorridos no passado, Furtado parte em busca de uma releitura explicativa das opções que o país possuía, e quais foram as escolhas tomadas após a tomada do poder pelos militares em 1964⁴². Esta divisão temporal usada pela dissertação e no caso pelo próprio autor estudado, viria a ser decisiva para os rumos econômicos que o país havia tomado. A opção adotada pós 64 vinha de encontro com a proposta desenvolvimentista, ideia apoiada na industrialização do país como única válvula de escape capaz de deixar o subdesenvolvimento para trás e alçar a nação aos rumos da modernidade e desenvolvimento. Conforme constata Furtado, os caminhos seguidos e por fim alcançados, trouxeram ao Brasil crescimento econômico acima da média mundial, mas junto desta melhoria econômica, no quadro geral do país, a qualidade de vida e um projeto de autonomia e destaque no cenário internacional foram deixados de lado através das características dos planos concebidos e colocados em prática.

Com o fim de demonstrar estas constatações, podemos assinalar quatro pontos que indicam quais eram as preocupações nevrálgicas das propostas levantadas por Furtado dentro de um plano nacional desenvolvimentista apoiado na industrialização. A primeira e crucial é um dos cerne das teorias do desenvolvimento, a autonomia tecnológica (FURTADO, 1982: 37). Como um dos pilares do desenvolvimento, juntamente com a acumulação de capital para inversão em diversificação do parque industrial, a autonomia tecnológica na produção dos bens e capital é a tradução da necessidade do país de contar com o progresso técnico sob seu controle, e não refém dos grandes conglomerados internacionais tidos como nefastos para o controle do Estado sobre sua própria economia, de acordo com o pensamento furtadiano exposto na dissertação, a partir da obra “O Mito do desenvolvimento econômico”. Segundo ponto, orientar o sistema industrial a exportar (FURTADO, 1982: 38), visto que o mercado interno encontra-se em construção, ou ainda carece de melhorias para absorver produtos industrializados de alto valor agregado, já que o nível de vida da maioria da população até

⁴² As modificações institucionais introduzidas entre 1964 e 1967 abriram novas possibilidades de ação mas também revelaram a intenção dos grupos que ascenderam ao poder mediante o golpe militar de abandonar a orientação do desenvolvimento às forças do mercado. Caberia aos interesses que aí se confrontam definir essa orientação. As empresas transnacionais seriam as principais beneficiárias dessa política. (FURTADO, 1982: 39)

então se encontrava abaixo de expectativas de consumo ao nível de países centrais. A partir de um modelo industrial competente, autônomo tecnologicamente e capaz de exportar produção, obter capacidade de autofinanciamento ao invés de tornar-se refém de recursos impetrados por instituições financeiras ou Estados com capacidade financiadora. A poupança interna⁴³ requerida para este tipo de ação estava diretamente ligada aos dois pontos anteriores, que trariam recursos tanto de arrecadação interna quanto externa. Este cenário idealizado ficaria completo com a prévia alteração da estrutura agrária, tão abordada pelo autor. Entretanto, a preservação da autonomia, tanto tecnológica, quanto decisória, não se realizaria, e outros caminhos para o desejado desenvolvimento brasileiro foram traçados pelos militares.

O cenário preparado para o avanço econômico brasileiro, no sentido de se fazer crescer a produção industrial e o PIB, percebido através dos indicadores econômicos, foi delineado de forma contrário ao pensamento de Furtado, ao menos em pontos estratégicos considerados pelo próprio. A prática vulgarmente aclamada como “fazer o bolo crescer para depois reparti-lo” foi a fórmula posta em prática, através da concentração de renda. Roberto Campos (1968), um dos planejadores do modelo colocado em prática diria em seu livro autobiográfico⁴⁴ que o papel dos economistas, e dos ministros e comandantes que estavam a serviço do país, eram resolver o problema econômico, ou seja, fazer “crescer o bolo”. Enquanto a divisão da renda será um problema a ser resolvido pelos políticos no futuro. Uma declaração como esta deixa bastante clara as intenções do governo, e não pode ser colocado como um efeito negativo não previsto pelas personalidades que fizeram as escolhas pela sociedade brasileira. A partir da alegação de Campos, fica bem claro a estratégia de beneficiamento de um determinado grupo de consumo, privilegiados em detrimento de uma grande camada populacional que poderia sorver os benefícios do crescimento econômico somente em outro momento da história, pois seriam privados dos frutos do crescimento econômico, ao menos de forma mais direta, ocorrido entre o fim dos anos sessenta e início da década de setenta.

⁴³ Aumentar o esforço de poupança e canalizar os investimentos em função de prioridades claramente definidas era o desafio que se colocava ao Brasil no começo dos anos 60, se o que se almejava era elevar o nível de vida da população e preservar a autonomia de decisões. Sobra dizer que outros foram os caminhos trilhados. (FURTADO, 1982: 39)

⁴⁴ CAMPOS, Roberto de Oliveira. Do outro lado da cerca....Rio de Janeiro, 1968. APEC. 3ª Ed

O nacional desenvolvimentismo brasileiro a partir da década de 1930 sempre gozou de importante participação do Estado como promotor e líder do processo de desenvolvimento a partir da indústria, característica que é uma das marcas do chamado desenvolvimentismo, o poder de um Estado direcionar o processo. No modelo pós-1964 há uma inversão desta prática. Não que o Estado brasileiro estivesse interessado em manter o lastro econômico voltado somente para a agricultura, mas há outra prática no sentido de permitir uma maior participação, ou até mesmo predomínio do desenvolvimento às forças do mercado. Esta condição pode ser explicada não apenas como opção pura e simples do governo. Mesmo que tenha sido, há de se considerar todo o aporte explicativo de Furtado realizado no livro anterior à este, quando apresenta as grandes corporações como novos atores centrais no cenário internacional, sendo assim, protagonistas nas decisões econômicas, tornando complexo a relação de poder entre os Estados nacionais soberanos e os possuidores de recursos, que acabam por condicionar os investimentos em prol de um maior jogo liberal, baseado na não intervenção dos Estados, em prol de idas e vindas do humor mercadológico. Este tipo de prática, proposital ou conjuntural, vai contra o pensamento de Furtado. Analisando desde o início da dissertação, em que nos propusemos a apresentar o que o autor traça como um histórico das teorias do desenvolvimento até os livros utilizados no presente capítulo fica a nitidez de sua preferência contrária a este tipo de prática, sendo inclusive contraditada pelas suas contribuições à teoria do centro periferia, em que delimita sua crítica contrária ao modelo liberal que avaliza as forças do mercado como preferenciais em modelos de desenvolvimento econômico.

As opiniões de Furtado contrárias aos do militares não se resumem a este ponto, sendo incluídas neste rol de embate teórico outras questões primordiais para o entendimento do que ocorreu com o Brasil entre os anos do considerado milagre e também nos posteriores, além de entendermos o objetivo da dissertação, o que Furtado considerou em sua obra como os obstáculos ao desenvolvimento:

A evolução das estruturas sociais, refletida na concentração da renda, denunciava aspectos ainda mais negativos da orientação tomada pelo desenvolvimento. Ao contrário do que pretendia a escola de pensamento predominante, a concentração da renda não produziu elevação da propensão a poupar entre seus beneficiários. Significou,

sim, uma transferência de recursos de consumidores de baixo nível de vida para consumidores de rendas médias e altas, traduzindo-se em modificação na composição da cesta de bens de consumo em benefício dos bens mais sofisticados e menos essenciais. (FURTADO, 1982: 42)

Os pontos criticados por Furtado nesta altura da história brasileira irão se unir aos outros já apresentados ao longo do trabalho, sendo importante no momento conhecermos as críticas de Furtado a um modelo que aparentemente deu resultados positivos à economia brasileira, visto que surtiu efeito no crescimento expressivo na economia nacional ao longo de ao menos seis anos. Elencado juntamente da perda da autonomia do Estado no direcionamento dos investimentos econômicos para alavancar o desenvolvimento, há o tipo de financiamento utilizado. Enquanto Furtado preconiza o uso de poupança interna (desde que haja fórmulas de captação) o modelo pós-1964 deu preferência à recursos externos, bancados por instituições financeiras preocupadas em garantir o aporte de empresas capazes de alavancar o consumo e atendimento de interesses de intermediários. Mais uma vez devemos citar que a chegada da indústria de maneira mais corrente no Brasil foi com a intenção de proporcionar não o atendimento de padrões de consumo de baixo nível, ou melhor, atender uma demanda inicial de uma população carente de serviços e produtos básicos, mas sim promover a produção e venda de bens de serviço custosos, servidos a apenas uma pequena parcela da população que seria a beneficiada por esta escolha estratégica. O financiamento exterior, que acabaria por endividar o país e traria sérias consequências após o término do efeito do “milagre” foi o combustível para o consumo de famílias de rendas médias e altas, incentivando a concentração de renda neste grupo, pensando o governo ser capaz através de esta medida tornar a industrialização melhor dimensionada a partir do consumo desta faixa da sociedade possuidora dos recursos. A aposta no modelo de concentração de renda também serviu de produtora da demanda que favoreceria as empresas de bens duráveis, ou seja, aquelas que vinham se instalar com os recursos cedidos pelo exterior. Analisando sob este viés, não poderiam incentivar outro tipo de consumo, visto que as empresas que aqui aportavam necessitavam de mercado interno consumidor, e se este não existisse o sucesso da empreitada estaria fadada ao fracasso. Neste ponto podemos perceber a preocupação de Furtado com a face antissocial do plano, que ao invés de conceber algo que beneficiasse a maioria da população brasileira,

obteve a preferencial uma pequena parte elitista, em virtude dos interesses das empresas multinacionais e seus recentes “super poderes” frente aos Estados nacionais. Anexado a isto o domínio cultural norte-americano vem incentivar seus sonhos de consumo, o *american dream*, que objetiva o alcance do padrão de vida existente no centro como o cume a ser alcançado por famílias que gozariam do privilégio do modelo industrial em instalação no Brasil.

A dinamização da produção industrial alcançada através do regime de concentração de renda ocorreu ao largo de uma mudança estrutural, conforme requisitava a teoria furtadiana. Tais mudanças solicitadas de maneira insistente pelo pensador estudado objetivam a possibilidade da nação obter capacidade de autotransformação. Podemos pensar este termo, autotransformação, a partir da constatação de que o país perdera a capacidade de guiar os próprios passos no decorrer do processo de industrialização em conjunto do uso de recursos externos para bancar a instalação do parque industrial no Brasil. Mantidas as bases sobre quais se assentavam a economia e a sociedade brasileira, o crescimento econômico ocorrido no período do milagre acabou por criar um novo país dentro de um velho país. A percepção da desigualdade alcançou níveis maiores do que antes na história. Porém, o alcance da modernidade em alguns aspectos, como por exemplo, a existência de bens de consumo duráveis similares aos existentes no centro acaba por definir o empreendimento como um sucesso para muitos, especialmente os idealizadores e os privilegiados pelo acontecimento. Um país que são muitos, vários “Brasis”, acaba por se tornar uma emblemática imagem do país construído pelos militares. Contribuiu para esta composição desigual da economia e sociedade brasileira o fato de não ter ocorrido as tais mudanças estruturais alardeadas por Furtado. A ocupação territorial, que apresenta um panorama nefasto, com grandes latifúndios voltados à exploração do mercado externo, e minifúndios improdutivos sem capacidade de investimento em tecnologias necessárias para um empreendimento capitalista, é um dos exemplos. A desigualdade regional, posicionando uma determinada parte do Brasil, o Nordeste, como uma das áreas mais pobres do hemisfério Sul, ao menos à época, frente ao Sudeste, recém industrializado e com perspectivas de desenvolvimento acima da média nacional. Os desequilíbrios causados seriam sentidos ao longo das próximas décadas, e um problema de difícil solução para os políticos. Os resultados da política imposta pelos governantes militares foram vários, mas entre os mais nítidos o aumento da concentração de renda, proposital, é o mais sensível.

O trabalho apresentou até agora os efeitos da política desencadeada a partir de meados da década de sessenta. Neste ponto do texto, vamos dar luz ao período do “milagre” propriamente dito, entre 1967 e 1973, e elucidar as razões do sucesso da política no que diz respeito ao crescimento econômico. Para entendermos o êxito obtido não como uma mera casualidade, mas possuidor de seus méritos e bom uso da conjuntura da época, somado às escolhas feitas, cabe ressaltar que os indicadores do crescimento econômico acima da média mundial para o período devem-se, segundo Furtado, a alguns elementos presentes. Primeiro, devemos considerar o Brasil nos anos cinquenta e sessenta como um país diverso do que encontramos hoje, com um parque industrial avançado e diversificado, economia estável e tido ao redor do mundo como um país “emergente” em linguagem utilizada contemporaneamente. O potencial que existia no território nacional era notoriamente inexplorado, e talvez inexistissem investimentos até então, para promover e fazer uso do mercado interno insipiente comparado com o centro, mas tido como potencial devido ao tamanho da população que poderia ser beneficiada, mesmo com a escolha pela concentração de renda. Sendo assim, quando se instala as industriais e coloca em funcionamento uma enorme capacidade produtiva ociosa, em que os índices econômicos apresentaram-se em baixa durante muito tempo, o retorno, qualquer que seja, será significativo. Apenas isto não explica o sucesso durante o período do “milagre”, visto que esta capacidade ociosa esteve parada por diversos períodos, e passou a ser explorada desde então, mesmo que desconsideremos nesta análise todas as implicações que impediram (desde problemas políticos a de financiamento, por exemplo) anteriormente qualquer tipo de investimento no árido cenário produtivo industrial brasileiro. Outro ponto a considerar é o momento de prosperidade que o cenário econômico mundial atravessava, permitindo captação de recursos externos em abundância repassados sob altas taxas de juros que seriam devidamente cobradas no futuro, intensificando a situação de dívida externa existente no Brasil. Graças a possibilidade oferecida pelos recursos externos foi possível dar condições às empresas multinacionais instalarem suas indústrias que viriam a explorar o mercado brasileiro a partir da oferta de bens de consumo duráveis, voltados para uma elite formada justamente para oferecer esta demanda às empresas. Porém, a situação de crescimento intenso da economia não se prolongou após 1973, e já no ano de 1974 o governo brasileiro passaria a tentar encontrar soluções para um novo quadro econômico inverso ao experimentado nos seis anos anteriores. Os obstáculos produzidos pelo modelo de

desenvolvimento proposto passaram a ser sentidos, e a retomada do crescimento perseguido sem sucesso:

Existe presentemente no Brasil certo consenso, entre os próprios grupos dominantes, de que o estilo de desenvolvimento que se impôs com a industrialização produziu desigualdades sociais que se traduzem num fosso cada vez mais profundo entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana. Também se reconhece que o regime autoritário implantado em 1964 agravou essa tendência à polarização social. A preocupação de reorientar o estilo de desenvolvimento se manifesta no discurso político mesmo daqueles que forma os maiores beneficiários do processo de concentração da riqueza e da renda, traindo ansiedades. No plano econômico, o modelo passou a ser criticado não tanto por seu sentido anti-social mas por sua tendência evidente a engendrar desequilíbrios externos e internos. A doutrina ingênua ou malandra de que bastava aumentar o “bolo” para beneficiar a todos num futuro ao alcance da mão mereceu o repúdio geral. E esmaeceu a fé nos tecnocratas como gestores ideais da coisa pública. (FURTADO, 1982: 58)

Graças à captação de recursos externo houve o processo de industrialização de modo acelerado e o festejado crescimento econômico obtido pela experiência foi o principal fruto positivo de todo o processo, porém, o lado negativo da estratégia seria sentido com a explosão da dívida externa a partir de meados da década de setenta, agravada agora por um também distinto cenário internacional onde entrou em vigor a crise do petróleo (iniciado ainda em 1973, com a grande alta do preço do barril), e também por motivos internos, como a rigidez do mercado fruto da política de desenvolvimento e os entraves criados pela própria. Em um momento de baixa potência consumidora do mercado interno, dívida externa e pouca margem de manobra econômica, as soluções encontradas pelo governo acabaram por penalizar a população. Como não havia captação de recursos interno, algo que Furtado criticava no modelo mesmo durante o sucesso do chamado “milagre”, apelou-se mais uma vez à recursos externos. Porém, com o país já endividado os credores não pouparam na elevação da taxa de juros para novos empréstimos, que levariam à piora de uma situação já bastante grave. O resultado da solução encontrada foi a perda da autonomia cambial e a sobrevalorização da moeda nacional, o que seria péssimo para as exportações brasileiras. A realidade tupiniquim em meados da década de setenta, resultante das escolhas feitas pelos governantes militares,

que obtiveram sucesso por um período, poderiam levar a uma grave crise posteriormente, segundo Furtado:

O que interessa reter desse quadro é que o endividamento externo exacerbado na segunda metade dos 70 foi subproduto de uma política anti-inflacionária que pretendeu eludir o caráter estrutural das tensões que originavam a inflação. Não é de surpreender que hajam avançado paralelamente endividamento externo e inflação, pois o primeiro ao imobilizar o governo realimentou a segunda. (FURTADO, 1982: 51)

A estratégia defendida por Furtado no livro rechaça a hipótese de levar à sociedade o alto custo cobrado pelas escolhas consideradas erradas. Para o autor, a saída da crise deveria ser feita através de uma porta diversa, mas que esta porta fora fechada anos antes através da escolha do financiamento externo da industrialização, atendente dos interesses do capital internacional. O financiamento do plano de desenvolvimento através da captação de recursos internos de poupança, mesmo que demorado e bem menor do que o alcançado pelos recursos externos preveniria a situação que se apresentava após os anos de milagre. Porém, o modelo posto em prática deveria seguir o caminho que foi traçado, a fim de beneficiar o sistema capitalista internacional que se desenhava no momento, com grandes corporações dando as cartas do jogo em detrimento dos Estados nacionais. A dívida externa e a alta inflação passaram a ser graves problemas a serem resolvidos, e com o fim da década de setenta, que testemunhara empolgação dos mercados internacionais e da própria população brasileira com o crescimento do país, também presenciava a derrocada de escolhas de políticas de desenvolvimento que conseguiram modernizar a estrutura produtiva do país, mas intensificar a desigualdade social e afundar o Estado em dívidas. Como diria um dos presidentes do período militar, “a economia vai bem, mas o povo vai mal”, espelharia de forma sucinta as condições de vida no Brasil e fins da década de setenta.

Publicado no início da década de oitenta, a obra de Furtado busca traçar um panorama para os anos que o Brasil enfrentaria adiante. O desafio dos 80, como nomeou um dos seus capítulos, continua a crítica ao modelo concentrador de renda posto em prática pelos militares. Prega uma alteração brusca dos rumos tomados pela economia e política do país. Vale aqui

um pensamento sobre o papel do Estado e do privado em toda a situação. As críticas de Furtado ao governo brasileiro são produzidas sobre várias frentes, incluindo a perda em determinado momento da soberania das decisões a serem tomadas. Vale lembrar, porém, que esta realidade não se apregoava somente ao Brasil. A conjuntura internacional apresentava um poderio acima do imaginado das grandes corporações, e estas tornariam reféns de seus interesses governos que estivessem planejando ou necessitando de sua presença para promover a industrialização, caso notório da América Latina. Sem desfazer a “culpa” existente pelas escolhas dos governantes nacionais devemos considerar o panorama mundial, e as dificuldades ou impossibilidades de aderir ou não a este esquema. Em tempos de guerra fria intensificada escolhas que pudessem despertar descontentamento ou dúvidas poderiam surtir efeitos indesejados sobre o país. Mesmo que as considerações sobre o motivo do golpe militar de 1964 tenham sido abordadas devemos rememorar o cenário, com o intuito de colocar responsabilidade nos devidos atores de todo o processo de industrialização nacional, sejam estes políticos, financeiros ou empresariais.

Esta observação vem para reforçar o papel central desempenhado pelas grandes corporações para o crescimento da indústria no Brasil, e na esteira do sucesso do empreendimento, os pontos negativos decorrentes desta “ocupação” ao longo principalmente das décadas de sessenta e setenta. Se por um lado promoveram a chegada da modernidade, do parque industrial, da urbanização acelerada, do surgimento da burocracia e de uma elite econômica criada a partir de sua existência e interesses, também podem ser responsabilizadas pela concentração de renda, disparidades regionais e aproveitamento dos recursos e necessidades existentes no país. O uso da estrutura institucional ditatorial em voga no país possibilitou às grandes corporações e a quem interessava impor as condições do jogo, e subtrair desta realidade às condições de crescimento acima da média, tanto para o país, quanto para as empresas que aqui se instalaram durante o regime militar e o período de grande crescimento econômico, criando centros produtivos concentradores de mão de obra e renda, ajudando grandes cidades a tornarem-se metrópoles caóticas e desiguais. Furtado alerta para o papel dos oligopolistas no sentido inclusive de ditarem as regras do mercado, claro, seu principal e talvez único interesse. Desde a formação de preços passando pela criação da demanda e perfil de consumidores que procuravam. E o que interessava era o consumidor de produtos com valor agregado, para uma determinada elite que viria a ser formada no Brasil,

deixando ao largo da proposta uma imensa população carente de produtos e serviços básicos, estes não foram a prioridade no plano de desenvolvimento a partir da concentração de renda e exploração de um mercado interno a ser criado para dar lucro e volume às grandes empresas multinacionais.

Ainda dentro desta discussão de atribuição de responsabilidades, entre o lado privado e o lado governamental, no processo de industrialização e crescimento da economia brasileira, Furtado alerta para o cerne do regime quando falamos da imposição das condições de trabalho e uso do poder para privilegiar grupos, ou quando grupos se fortalecem para tirar proveito da situação existente. Com governo militar ditatorial cerceador de liberdades clássicas, fazendo com que a sociedade vivesse em determinado arcaçouço de leis que previam poucas condições de reação ou embate contrário ao imposto, tornaria mais confortável a possibilidade da exploração da mão de obra e o encolhimento de salários e benefícios dos trabalhadores, mesmo que leis trabalhistas varguistas tenham sido mantidas para alguns efeitos. A reclamação do autor recai mais sobre a estrutura sindicalista que fora empenhada pelo Estado, débil, não obtendo poder de luta ou barganha em favor dos representados, estes reféns das condições existentes. A falta de organização trabalhista de maneira contundente e profissional com o intuito real de luta por melhores salários e condições permaneceria por muito tempo anestesiado, fato contribuinte e ao mesmo tempo parte importante, ou indispensável, da política do governo de fazer “crescer o bolo” para depois reparti-lo. Quanto menor os apupos, menor as preocupações de promoverem ações de maior vulto para a maioria.

Outro dado apontado pelo autor, ainda sobre este assunto que remete à exploração do trabalhador pelos grupos oligopolistas apoiados pelo Estado, ao menos este dera as condições necessárias para tal, é a situação da ainda grande massa de trabalhadores rurais do Brasil. À época o país industrializava-se de maneira rápida e o êxodo rural acontecia obviamente na mesma velocidade. Sem reformas estruturais agrárias o campo passava cada vez mais a ser dominado por grandes latifúndios, e os pequenos empreendimentos que produziam alimentos voltados ao mercado interno passa a sofrer ainda mais o descaso e o despreparo para a inserção no sistema capitalista. O baixo valor agregado, falta de tecnologia e condições de manejo fazem com que o valor do trabalho no campo mantenha-se baixo, baseado ainda em algo não profissional e, principalmente, rentável. Os problemas agrários brasileiros, vítimas da

estrutura de distribuição de terras e de empreendimentos não capitalistas fora extensamente explorados por Furtado ao longo da primeira fase de suas obras, porém, ainda aparece em sua obra que tece críticas á ocupação industrial ocorrida décadas depois. Este traço da obra futadiana é marcante tanto para a explicação da formação estrutural da economia brasileira, quanto para a construção da teoria do subdesenvolvimento, e também aparece no que diz respeito ao período do milagre sendo, portanto, tema recorrente em seus livros. Embora no caso, tenha sido abordado à margem das causas e consequências principais do assunto atual.

Mesmo que Furtado reconheça o grande problema econômico existente no Brasil, e faça críticas e elucide diversos pontos do porque da ocorrência destes desníveis, o autor termina por atribuir as condições de mudança ao plano político. As escolhas realizadas e o modelo de desenvolvimento colocado em prática têm íntima relação com o modelo político em prática no país ao longo do processo. Foi deixado ao mercado e a cargo de multinacionais o direcionamento dos futuros econômicos da nação em detrimento da ação Estatal, porém, valores liberais econômicos nem sempre condizem com valores liberais políticos, e era este o caso brasileiro. Há neste ponto um adendo importante a ser feito. Quando acusamos o Estado brasileiro de posicionar-se liberalmente em condições econômicas não podemos esquecer o grande investimento realizado em empresas estatais, o que a princípio parece ser contrário aos planos econômicos que sejam prioritariamente liberais, que ofereçam ao mercado a direção do futuro. Porém, a criação de empresas estatais não fugiu às regras do mercado, segundo Furtado. As práticas das empresas estatais, desde preços e salários aos burocratas, eram similares aos monopolistas. Mas, sobretudo a entrada nas regras do jogo do sistema capitalista internacional não travestira as estatais de uma importância para o Estado que deveria possuir. Agregado a estas condições, a falta de transparência em suas ações veio somente onerar e dar peso negativo ao cofre público visto as condições precárias de muitas delas, resultando prejuízos ao Estado.

“Desenfeudar” o Estado de interesses de grupos, é este termo usado por Furtado para definir o que seria necessário para a retomada do país, tanto em termos econômicos quanto, principalmente, políticos:

Certo, o primeiro estágio da ação política deveria concentrar-se num esforço para desenfeudar o Estado de interesses de grupos –

reconstruir importantes segmentos desse mesmo Estado – sem o que ele não poderá cumprir as novas funções que lhe cabe. (FURTADO, 1982: 77)

O processo de alteração da política seria indispensável para o sucesso da reversão do modelo de desenvolvimento apregoada no país. Insistia na paralisação da liberalização em prol do mercado que ocorria nos países periféricos, que beneficiavam somente uma determinada classe, criada com o objetivo de trazer crescimento econômico concentrado ao país, e acima ou na esteira deste crescimento parcial, porém inexistência de desenvolvimento e reformas estruturais estava os interesses privados das grandes corporações comandantes do novo sistema capitalista mundial integrado, cada vez mais poderoso, pertencente e privilégio do Centro. O capítulo encerra evidenciando vários pontos considerados por Furtado como obstáculos ao desenvolvimento em países periféricos, mas é curioso observar a preocupação com a política por parte do economista. Na finalização da obra o que o autor demonstra ainda como preocupação imediata é a retomada da autonomia do país frente á liberalização protetora dos interesses do mercado, e a valorização e retomada da democracia por parte da população e do poder político.

Os principais obstáculos ao desenvolvimento descritos por Furtado ao longo do terceiro capítulo, que corresponde à segunda fase de sua obra, e atravessa o período da ditadura militar brasileira corresponde ao processo de industrialização levada a cabo nos anos sessenta e setenta. A industrialização foi o ator principal do modelo de crescimento econômico nacional desenvolvimentista colocado em prática pelos militares, que processou alterações na sociedade e economia brasileira, ao ponto de oferecer ao país o chamado “milagre econômico”, devido ao intenso crescimento verificado entre os anos de 1967 e 1973. Utilizando duas obras do autor, uma de meados da década de 1970, mirando as condições do sistema capitalista internacional e dando ênfase a partir da teoria centro periferia de vislumbrarmos novamente as diferenças estruturais existentes entre estes dois “mundos”, outra, centrada na realidade brasileira, especificamente sobre o crescimento ocorrido no chamado período do milagre e suas causas e consequências, podemos apontar como obstáculos ao desenvolvimento algumas conclusões a que chegou o autor. O rol de conclusões apontadas por Furtado neste segundo momento de sua obra será colocado lado a lado às

considerações sobre os limites apontado pelo autor em sua primeira fase, descrita no capítulo dois. Conforme os objetivos da dissertação, que é apontar e posteriormente comparar tais obstáculos estruturais, esta tarefa será realizada na conclusão do estudo.

CONCLUSÃO

Iniciamos a conclusão da dissertação lembrando os passos que guiaram o estudo até o presente momento. No primeiro capítulo, além da apresentação dos objetivos, hipóteses e métodos do estudo, traçamos um resumo histórico sobre a teoria do desenvolvimento, com a intenção de deflagrar a escolha e inclinação do autor estudado, Celso Furtado, por um dos vieses, a teoria centro periferia. Procuramos explicar os modelos econômicos clássicos que inspiraram a sua procura por explicações que causassem maior efeito e de fato pudessem convencê-lo e ajudá-lo em novos modelos explicativos para o subdesenvolvimento periférico e brasileiro. Este cenário teórico foi embasado por uma de suas obras, que trata do mesmo preceito de discutir as teorias do desenvolvimento, chamado “Teoria e Política do desenvolvimento econômico”, publicado no ano de 1968. Esta obra permitiu dar um passo inicial na análise da obra furtadiana, pois a partir da mesma pudemos traçar características distintas entre sua procura por explicar o surgimento do subdesenvolvimento, e posteriormente refletir sobre a busca do desenvolvimento, esta feita de diversas maneiras, nem sempre com sucesso, ao menos em países latino americanos periféricos como o Brasil.

Após esta parte teórica, buscamos mais seu histórico pessoal desde seu surgimento como pensador, passando por suas ações no campo prático, inserido em importantes atividades como, por exemplo, a Superintendência da Sudene e a produção do Plano Trienal. Afora estas atividades institucionais em que procurou dar sua parcela de contribuição de forma efetiva através do trabalho prático, seu trabalho teórico e acadêmico também veio a complementar e contribuir com imenso valor para a história do Brasil. E sua obra forma o centro de outra parte do primeiro capítulo, ao averiguarmos as divisões por fase realizadas por acadêmicos voltados ao estudo de Celso Furtado, além de comprovarmos suas contribuições para a teoria do subdesenvolvimento que fizeram característico sua primeira fase como autor. Estas fases comportam importância para a dissertação em curso, visto que faz parte do método de análise da obra furtadiana, que serviu de parâmetro, junto ao golpe civil-militar de 1964 para diferenciar os momentos distintos que estudaríamos suas obras e os objetivos constantes do estudo.

Os objetivos de buscar em obras de Furtado o que considerava como obstáculos ao desenvolvimento em condições periféricas, em especial o Brasil, em diferentes fases de sua

obra, demarcadas pelo Golpe Militar de 1964, buscando o entendimento da desigualdade social e econômica existente no país, iniciou a partir do segundo capítulo sua busca. Esta primeira fase da obra furtadiana é mais uma construção da teoria do subdesenvolvimento, em que o autor busca entender os motivos do atraso brasileiro com relação ao centro, desenvolvendo o método histórico estrutural de análise, colocando em perspectiva o cenário de construção da nação e a diferenciação histórica que há entre os países periféricos e centrais em termos de estrutura econômica, altamente distinta e em vigorosa vantagem para os países com industrialização primitiva. De seus livros concebemos algumas de suas considerações nevrálgicas para apontarmos o que ele considerava como obstáculos estruturais ao desenvolvimento, neste caso, para a superação do subdesenvolvimento.

Há certamente diversos pontos a serem destacados como obstáculos do desenvolvimento, mas a mais destacada pelo autor é a problemática da estrutura primário exportadora brasileira. A maneira com que o campo foi ocupado desde os tempos de exploração inicial pelos europeus, até os tempos da produção de seus livros, características marcantes e determinantes foram alardeadas por Furtado como produtores de vários espólios para a economia brasileira. A existência de um formato latifundiário monocultor explorador do mercado externo encabeça a lista de problemas que dariam fruto a outros pontos importantes. Em contrapartida à dominância dos latifúndios havia os minifúndios improdutivos, voltados à produção de alimentos para o pequeno mercado interno, que não promoveria a inserção de tecnologias de aumento de produtividade nestas pequenas empresas agrícolas, sendo mantidas no nível da subsistência sem desfrutarem de uma atividade capitalista plausível da existência de acumulação de capital para inversão e engrandecimento da produção e valor agregado. Com o cerne da econômica apoiado no mercado externo, o interno continuaria com sua incapacidade de absorção de produtos para o consumo devido aos baixos salários e condições de vida precárias da população majoritariamente rural, que sofria dos malefícios da estrutura agrária vigente recém descrita.

As dificuldades apontadas por Furtado para o país a partir desta realidade acabam por dominar grande parte de sua obra na primeira fase, e a herança provida por esta estrutura agrária configura, juntamente com a própria, os obstáculos à superação do subdesenvolvimento em um primeiro momento, e depois se acumulam como características

negativas à luta pela limitação do desenvolvimento em período posterior da história. A “herança” descrita por Furtado remete primeiramente ao não desenvolvimento do mercado interno e capacidade autônoma de produção de bens de capital, visto que a captação de recursos através da poupança interna para autofinanciamento torna-se complicada. Neste ponto, em que prevê-se a necessidade de um plano de captação de recursos, seja este interno ou externo, há a intrínseca participação do Estado no planejamento e estratégia para alavancar o país a uma nova condição. Afinal, o financiamento para buscar condições de elevar o país a uma nova condição passa pela industrialização, capaz de tirar o foco econômico do campo para o urbano, trazendo maior valor agregado à produção nacional e eventuais exportações, não de produtos primários, mas industrializados. Este poder de planejamento estratégico e prática do Estado é uma das características centrais do chamado nacional desenvolvimentismo, condição *sine qua non* para o alcance com sucesso dos objetivos de deixar no passado a primazia econômica rural. Outro ponto alardeado por Furtado como um obstáculo importante é a desigualdade regional existente no Brasil, em especial entre o Nordeste e Sudeste. Os desequilíbrios causados por esta diferenciação unem-se e fazem parte do mesmo problema, de limitado mercado interno e capacidade autônoma de produção.

Antes de darmos início ao que Furtado considerava como obstáculo na segunda fase de sua obra, pós-1964, e então finalizarmos com o outro objetivo da dissertação que é colocar em perspectiva comparada o que o autor descrevia em ambos os momentos e exaltar as mudanças ou alterações de posicionamento, finalizamos que a questão da estrutura agrária com ocupação e exploração erráticas, de acordo com Furtado, acaba por definir diversas faces da economia do país, reservando para o futuro mudanças que deveriam ser cabais na alteração deste destino aparentemente traçado pelo passado colonial e conduta da política nacional ao longo do período de independência, atravessando a monarquia e chegando à República. Para compreendermos a importância desta alteração, basta verificarmos o quanto Furtado elencava a mudança da estrutura agrária como vital e imprescindível para os planos de alcance do desenvolvimento do Brasil, termos discutidos até o fim de sua obra. Este momento de análise da primeira fase da obra furtadiana descrita pela dissertação finaliza, sem antes lembrarmos da conjuntura histórica presente, tempos de conturbadas relações políticas no Brasil que culminaria com o golpe de 1964, momento bastante controverso e carregado pelo contexto internacional de uma guerra fria em seu auge. Nos parágrafos seguintes faremos a prometida

descrição dos limitadores apontados por Furtado em outra frase de sua carreira, contidas no terceiro capítulo da dissertação.

O breve comentário sobre a conjuntura internacional do parágrafo anterior deve ser apontado como um dos causadores dos benefícios e malefícios sofridos pela economia brasileira a partir de meados da década de 60 e durante a década de 70. A nova estruturação do sistema capitalista, apoiado fortemente na grandeza e expansão de grandes grupos oligopolistas baseados nos países centrais, ofereceram a tônica dos novos tempos, em detrimento do estado forte, planejador e delineador de seus próprios rumos. Juntos deste predomínio financeiro ditado por empresas multinacionais, há também o aporte ao redor do mundo da pretensão de inserir uma cultura dominante, em termos especialmente de estilo de vida que ele a alto consumo de produtos vendidos essencialmente por estas empresas oligopolistas. O incentivo ao padrão de consumo ser o mesmo existente no centro está em posição estratégica quando passamos a pensar nos propósitos das escolhas feitas e projetos encaminhados na periferia para o combate ao subdesenvolvimento, ou formas de engendrar o desenvolvimento aos moldes centrais. Este cenário internacional foi tema e pano de fundo para o primeiro livro abordado no terceiro capítulo, que procurou este efeito entendedor da conjuntura internacional para depois desembarcarmos na experiência brasileira ao longo deste período de intenso poder das empresas privadas. Sendo assim, se considerarmos que a perda de autonomia de Estados nacionais foi uma das características do sistema capitalista à época, devemos listá-lo como um obstáculo ao desenvolvimento aos moldes furtadianos, visto que o autor considerava de suma importância o papel direcionador dos Estados nas políticas de desenvolvimento econômico. Porém, o que ocorreu foi o contrário do pregado pelo pensador nordestino.

Inserido neste contexto desafiador, o Brasil pós golpe de 1964 chefiado pelos militares direcionou-se para um tipo de política desenvolvimentista benéfica à realidade em voga, dando as cartas prioritárias do jogo para os grupos internacionais, oferecendo o grande espaço de crescimento para o mercado interno que o país dispunha. Dentro desta lógica de escolha, tida como uma escolha técnica e não política, há a preferência pela concentração de renda em uma determinada elite criada a partir da industrialização de polos urbanos, esperando que esta população beneficiada por esta escolha criasse demanda pelos produtos industrializados que

passaram a ser produzidos no país, graças à instalação das fábricas financiadas sobretudo por recursos captados externamente. Além de criar um mercado interno limitado, mesmo com uma grande quantidade de pessoas beneficiadas, visto que mesmo minoria de sua população representa quantitativamente um bom número, criou uma elite e ajudou na centralização de renda e desigualdade social e econômica na sociedade brasileira. Enquanto uma pequena parcela passa a consumir baseada nos moldes centrais, uma imensa maioria reservou-se a um papel secundário, esperando pela chegada do desenvolvimento que talvez nunca aparecesse. Este fato tem ligação íntima com a política de priorizar a indústria de bens de consumo, com forte apelo entre a elite devido ao domínio cultural exercido diretamente do centro.

O resultado desta política de desenvolvimento foi a criação de vários países dentro de um mesmo país, ou seja, vários “Brasis”, devido à desigualdade econômica entre a população, um mercado interno limitado e uma formação econômica assentada em diferentes estruturas, uma arcaica e outra moderna industrial. A discussão de quanto o golpe militar pretendeu em suas intenções esta realidade perversa foi realizado, mas nestas considerações finais cabe ressaltar que após o fim da experiência ditatorial militar o país encontrava-se em sérias dificuldades sociais e econômicas. O último ponto destacado por Furtado que devemos observar como um obstáculo ao desenvolvimento, é a questão política, ou melhor dizendo, a falta de democracia nos rumos políticos do país. O papel de permissividade com os piores atributos desta política de desenvolvimento cabe responsabilidade ao Estado militar brasileiro, que pode impor, através da mordaza, perda de direitos políticos, e somente resquícios de democracia, inserir o Brasil em um modelo de desenvolvimento diferente do pensado por Celso Furtado. Reunidos os dois tempos em que escreve o autor, um antes do golpe e outro depois, observamos a decisiva contribuição dos tempos militares para o não alcance do desenvolvimento conforme planejada Furtado, com autonomia estatal, investimentos realizados a partir de financiamento próprio, captando recursos de poupança interna, industrialização voltada para produtos de primeira necessidade, que protegessem os interesses da maioria da população, posteriormente à primeira fase de industrialização substitutiva de importações. Porém, os aportes financeiros internacionais, cedidos mediante a entrega dos interesses nacionais aos interesses centrais, capitaneados por uma cultura imposta, acabou por selar o destino do Brasil em outra direção.

Terminado um dos objetivos do trabalho, que era relatar o que Furtado considerou em sua obra como obstáculo ao desenvolvimento em condições periféricas em períodos distintos da história brasileira e de sua própria, entremeados pelo golpe militar de 1964, destacamos o segundo objetivo, que é a comparação de seus argumentos em ambos os momentos. Na primeira fase de sua obra conferimos um momento de criação da teoria do subdesenvolvimento e explicações sobre a formação estrutural econômica do Brasil, tanto que nesta primeira fase encontra-se a publicação de seu clássico, “Formação econômica do Brasil”. No decorrer da leitura dos títulos pertencentes à este momento notamos a forte argumentação quanto à estrutura agrária nacional, e a incapacidade de fazer o Brasil superar seu subdesenvolvimento sem a alteração da mesma. A questão do alcance do desenvolvimento e industrialização com sucesso do país acaba condicionada pela mudança da estrutura agrária, que molda a sociedade e economia nacional. Soa improvável um projeto nacional desenvolvimentista que não preveja e resolva os alicerces arcaicos existentes na agricultura nacional. A mudança do foco econômico deve sair do campo para a cidade em prol da industrialização, porém, a produção agrícola para desempenhar seu papel fundamental neste projeto deveria passar por diversas mudanças, dando suporte através da estruturação agrária feita de modo diferente da existente, a já intensamente comentada dualidade de empresas latifundiárias voltadas ao mercado externo altamente rentável, frente à minifúndios improdutivos limitados à produção anticapitalista de subsistência. Em sua segunda fase, ainda mais em meados da década de setenta, o Brasil atravessou grandes transformações, e mesmo com um projeto de desenvolvimento contrário aos seus pensamentos conseguiu industrializar-se e integrar o rol de nações com alta densidade urbana. Porém, ao contrário do que previra Furtado o país conseguiu a façanha sem realizar as reformas que o mesmo citara tempos atrás, e mesmo que tenha emergido deste projeto desenvolvimentista alternativo, baseado no poder privado, uma nação desigual e comprometida financeiramente, Furtado deveria explicar como o Brasil foi capaz de alterar o tônus econômico do campo para a indústria, ainda que tenha deixado a desejar em vários aspectos. É justamente neste cenário de sucesso do crescimento econômico que Furtado atua em sua segunda fase, procurando desnudar os feitos que trouxeram crescimento econômico, mas não o desenvolvimento aos moldes do centro, como poderia prever a elite que buscava consumir a altos padrões, tampouco o sucesso econômico

do crescimento de poucas partes do Brasil alastrou-se a rincões ainda fortemente alicerçados em um passado arcaico.

O autor da dissertação que se encerra, após ler a obra do autor com o intuito de produzir o estudo e apresentar as respostas aos objetivos traçados, entende que Celso Furtado obteve sucesso em suas explicações, ao não abandonar suas convicções, mas rever seus posicionamentos de maneira a contribuir para o desnudamento de uma realidade que parecia ser algo promissor, mas revelou-se perverso e crítico para a economia e sociedade do Brasil. Mesmo com toda a resignificação e mudança de foco que postou em seus trabalhos, comparados com os escritos na primeira fase, sempre buscou a fidelidade em seu método de análise histórico-estrutural, conservando aspectos observados por ele mesmo no passado, ainda que as vezes não pudesse ser usado como matéria explicativa para o presente. Devido a leitura de sua obra, posso afirmar que Celso Furtado buscou de forma incessante entender o Brasil, e considero sua tarefa bem sucedida.

BIBLIOGRAFIA

- BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: para uma Crítica do Constitucionalismo*. São Paulo. Quartier Latin, 2008.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília. UnB, 2003.
- BOTELHO, A. BASTOS, E. BÔAS, G (org.). *O moderno em questão – A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 2008.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920/1964)*, São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Afla-Omega, 1978.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Do outro lado da cerca*. Rio de Janeiro, 1968. APEC. 3ª Ed
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.
- CARONE, Edgard. *O marxismo no Brasil: das origens a 64*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- CEPEDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 1998. 245f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CEPÊDA, V. A. *Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento*.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia – Participação e Oposição*. São Paulo, 1997. Edusp. 1ª Ed.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder – O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. Editora USP. 12ª Ed. São Paulo, 2006.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. SP: Brasiliense, 1972.
- FAUSTO, B. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. Brasil, 2006.

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. C. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____, e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto- mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro. Diadorim 1993

FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *A fantasia organizada*. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973.

_____. *Análise do “modelo” brasileiro*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975.

_____. *A pré-revolução brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Brasil: A construção interrompida*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 15ª Ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1977.

_____. *O Brasil Pós-“milagre”*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *O Capitalismo global*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O longo amanhecer: Reflexões sobre a formação do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo. Paz e Terra, 1974.

_____. *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

_____. *Prefácio a nova economia política*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 8ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

_____. *Um projeto para o Brasil*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política das sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: São Paulo: EDUSP, 1975.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13 – Os últimos dias de João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, G. *Em busca do tempo perdido: A recuperação pós-Keynesiana da economia do emprego de Keynes*. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1992.

LIMA, M. C. & DAVID, M. D. (org.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: Verbena Editora, 2008.

LOCKE, J. (1974), 2º Tratado sobre o Governo Civil. São Paulo, Abril (Coleção Os Pensadores).

MALLORQUÍN, C. Celso Furtado: teórico por antonomásia. P. 115-138. In: LIMA, M. C. & DAVID, M. D. (org.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: Verbena Editora, 2008.

MARSHALL, T. H. (1965). *Política Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MOISES, J. A. & ALBUQUERQUE, J. A. *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (p.119 – 175).

MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – 1963-1965 (SÍNTESE) – Presidência da República, Brasília, 1962.

PEREIRA, L. C. Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

PEREIRA, Luiz Bresser. *Economia brasileira: Uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 4ª Ed.

PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

PIERSON, Christopher & CASTLES, Francis G. (editores). (2000). *The Welfare State – A reader*. Polity Press.

ROSTOW, W.W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SALLUM JR. Brasília. *Labirintos: Dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e poder de agenda na Política Brasileira. Dados vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-2581997000300007&lang=pt>.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Hélio. *1964-Golpe ou Contra-golpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus – 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002&lang=pt>.

WEFFORT, Francisco C. *Por que Democracia?* 3ª Edição. Brasília: Brasiliense, 1984.